

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

TÚLIO HENRIQUE CARNEIRO BARBOSA

VIOLÊNCIA ESCOLAR NO DF:
PERCEPÇÕES DOS GESTORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

TÚLIO HENRIQUE CARNEIRO BARBOSA

VIOLÊNCIA ESCOLAR NO DF:
PERCEPÇÕES DOS GESTORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Relatório final, apresentado a Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências para a para
obtenção do título de Graduação em Ciências Sociais

Orientadora: Wânia Maria Guimarães Lacerda

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

TÚLIO HENRIQUE CARNEIRO BARBOSA

**VIOLÊNCIA ESCOLAR NO DF:
PERCEPÇÕES DOS GESTORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Relatório final, apresentado a Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para a para obtenção do título de Graduação em Ciências Sociais

APROVADA: 18 de dezembro de 2018.

Nádia Dutra de Souza

Diogo Tourino de Sousa.

Wânia Maria Guimarães Lacerda
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, Maria Aparecida, o meu pai Luís Carlos Barbosa e minha irmã Tarsiane Mara. Eles são minha grande inspiração e deram todo apoio para tentar e tentar novamente todos os dias durante minha graduação. E por causa deles que tento ser um profissional honrado e uma pessoa benevolente sempre.

Agradeço também a todos os professores que tive durante a graduação. Com especial carinho, agradeço ao professor Dr. Marcelo Otoni Durante, pela oportunidade de fazer parte da sua equipe de trabalho enquanto membro da Subsecretaria de Segurança do Distrito Federal. E agradeço a professora Dra. Wânia Maria, que em nossas conversas, pacientemente me orientou para elaboração deste trabalho e também para a vida estudantil e profissional.

No mais agradeço a todos meus amigos de Bela vista de Minas, meus amigos e agregados de João Monlevade, amigos de Brasília, de Viçosa e amigos de todas as demais localidades que tive a oportunidade de conhecer. Em especial, agradeço a Bruna Cândido por ter me ajudado na elaboração e revisão do TCC, ao Erick, Jhon, Talita e Mari pelas dicas e discussões ao longo de todo o processo. Por fim, com carinho imenso e especial, agradeço a todos os companheiros e amigos de graduação pelas conversas e discussões, apertos acadêmicos e comemorações por todos os cantos de Viçosa. Obrigado a todos por contribuir com esta conquista!

RESUMO

BARBOSA, Túlio Henrique Carneiro. Universidade Federal de Viçosa, Dezembro de 2018. **Violência Escolar no DF: Percepções dos gestores das instituições públicas do Distrito Federal sobre a violência nas escolas.** Orientadora: Wânia Maria Guimarães Lacerda

O presente trabalho teve como objetivo analisar as informações sobre a violência escolar no Distrito Federal e investigar as percepções de 164 gestores das escolas públicas de educação básica do Distrito Federal sobre a violência escolar e os fatores etiológicos relacionados às práticas violentas juvenis que ocorrem nos espaços escolares e no seu entorno. O estudo parte de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Estado de Educação no primeiro semestre de 2016. Foram analisadas informações dos registros oficiais sobre ocorrências envolvendo as instituições de ensino e 164 respostas das(os) gestoras(es) de diferentes etapas e modalidades de ensino e das distintas regiões administrativas do DF, com base nas modalidades de ensino e localização das instituições, para uma observação em profundidade das situações de violência apresentadas e dos fatores causais relacionados a estes eventos. Os resultados finais apontam que os gestores vinculam a incidência da violência física e verbal nas escolas principalmente aos comportamentos dos alunos, de modo que nas respostas a maior presença de ou ausência de violência é vinculada diretamente à supervisão familiar e a socialização de valores por parte dos responsáveis pelo aluno. Havendo nas respostas uma relação inversa, pois, quanto maior a presença dos pais e responsáveis na vida cotidiana e escolar dos filhos, menor a possibilidade de que o jovem venha a cometer atos infracionais e de que a escola apresente situações de violência em seu cotidiano. Ademais, o conjunto de informações oficiais reforça a importância de levantamentos diversos para se compreender as dinâmicas da violência manifestações das distintas formas de violência e crimes que ocorrem nas escolas, para então tentar meios de atuação sobre o problema.

Palavras-chave: Violência escolar; Escolas públicas; Distrito Federal.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Total de matrículas e de instituições por tipo de instituição no Distrito Federal em 2016... 21	21
Tabela 2. Evolução da violência nas escolas do DF de 2015 a 2018 – Valor Absoluto..... 22	22
Tabela 3. Violência nas escolas por nível de ensino no ano de 2016 – 1º Sem.2016..... 23	23
Tabela 4. Principais objetos de roubos e ou furtos nas escolas – 1º Sem.2016..... 24	24
Tabela 5. Meio empregado para realização dos roubos – 1º Sem.2016 25	25
Tabela 6. Distribuição das escolas amostradas por etapa/modalidade de ensino – 1º Sem.2016..... 26	26
Tabela 7. Percepção de segurança nas escolas e no seu entorno – 1º Sem.2016..... 28	28
Tabela 8. Incidência de crimes contra a pessoa, discriminações e crimes sexuais – 1º Sem.2016 29	29
Tabela 9. Incidência de crimes patrimoniais, presença de drogas e armas nas escolas – 1º Sem.2016 30	30
Tabela 10. Locais de maior incidência de violência no interior das escolas públicas – 1º Sem.2016.. 31	31
Tabela 11. Medidas institucionais adotadas nos casos de ocorrência – 1º Sem.2016 32	32
Tabela 12. Aspectos da gestão escolar preditivos da violência – 1º Sem.2016..... 34	34
Tabela 13. Aspectos da infraestrutura urbana preditivos da violência – 1º Sem.2016..... 34	34

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da violência nas escolas de 2015 a 2018 – Valor Percentual.....	22
Figura 2. Concentração de ocorrências por dia horário – 1º Sem.2016	24
Figura 3. Distribuição dos gestores por RA e percentil de escolas amostradas – 1º Sem.2016.....	27

LISTA DE SIGLAS

BPEsc/PMDF – Batalhão de Policiamento Escolar da Policia Militar do Distrito Federal

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

CEF – Centro de Ensino Fundamental

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GDF – Governo do Distrito Federal

SESIPE – Subsecretaria de Administração Penitenciária

SGI/SSPDF – Subsecretaria de Gestão da Informação da SSP

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SSPDF – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação

RA's – Regiões Administrativas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PESQUISAS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL	14
3. VIOLÊNCIA URBANA NO DISTRITO FEDERAL E O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS.....	18
4. VIOLÊNCIA ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL	20
4.1. Informações sobre as escolas do DF	21
4.2. Registros na Polícia Civil do DF de violência nas escolas e no seu entorno	22
4.3. Informações dos gestores: Questões Quantitativas	25
4.3.1. Sensação de segurança nas escolas e na comunidade	27
4.3.2. Incidência de ocorrências, desordens e incivildades nas escolas do DF	28
4.3.3. Locais da incidência da violência nas escolas.....	31
4.3.4. Medidas adotadas pelas escolas para redução dos casos de violência e incivildades ..	32
4.4. Fatores associados à incidência de crimes, violência e incivildades.....	33
5. Informações dos gestores: Questão Discursiva	34
5.1. Instituições que ofertam a educação infantil e/ou séries iniciais do ensino fundamental no DF e a violência escolar	35
5.2. Instituições que ofertam as séries finais do ensino fundamental e/ou ensino médio no DF e a violência escolar	36
5.3. Instituições que ofertam a educação de jovens e adultos no DF e a violência escolar.....	37
5.4. Instituições localizadas na área rural do DF e a violência escolar	38
6. Análise sobre a percepção dos gestores das escolas públicas do DF sobre os fatores etiológicos da violência escolar	38
6.1. A “desestrutura” familiar.....	39
6.2. A presença de drogas ilícitas próximo ao ambiente escolar	42
6.3. A falta de pessoal e materiais para prevenção da violência escolar	43
6.4. A falta de apoio da Polícia Militar e dos órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
7. REFERÊNCIAS	49
ANEXO 1.....	52

conhecer e analisar as percepções de 164 gestores⁷ das escolas públicas de educação básica do Distrito Federal sobre os fatores etiológicos relacionados às práticas violentas juvenis que ocorrem nos espaços escolares e no seu entorno e as medidas adotadas pelas instituições para resolução dos casos frequentes e para a prevenção de novos casos.

Na pesquisa realizada, considerou-se que os gestores ocupam posição privilegiada de interlocução com os jovens na condição de alunos, com os demais membros da comunidade escolar e com as instituições da rede de proteção à criança e adolescente e que, portanto, estes poderiam colaborar com os estudos que investigam elementos presentes na vivência dos jovens do Distrito Federal; com informações sobre o modo como as escolas lidam com a violência; contribuir com a investigação sobre a rede de proteção à criança e adolescentes no DF e com as análises sobre as causas da violência que acomete as instituições de ensino.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção é feita uma discussão sobre o fenômeno da violência escolar, conforme proposto por Abramoway (2002) e Sposito (2001). Em seguida, na segunda seção, é feita uma análise sobre a violência no Distrito Federal, considerando as informações que embasaram a realização de levantamentos sobre a violência que atinge a juventude e nas escolas do DF. Na terceira seção é feita inicialmente uma descrição das informações sobre a violência na escola e ou nas proximidades das instituições que foram registradas na Polícia Civil do DF. Na quarta seção são apresentados os dados quantitativos informados pelos gestores no questionário sobre a incidência da violência na escola e as narrativas dos gestores sobre a etiologia da violência. Na quinta e última seção são apresentadas as análises de quatro tópicos que são recorrentes nas narrativas dos gestores como elementos etiológicos pela violência que ocorre nas escolas, sendo estes: (i) a “desestruturação” familiar⁸; (ii) a presença de drogas lícitas e ilícitas próximo ao ambiente escolar; (iii) a falta de pessoal e matérias de prevenção e a (iv) falta de policiamento no dia a dia das instituições e no perímetro. Nessa mesma seção são apresentadas as medidas apontadas pelos gestores para enfrentamento dos casos frequentes de

⁷ O formulário para preenchimento foi disponibilizado durante o período de 2 de agosto a 3 de Outubro de 2016. A divulgação foi feita via e-mail. E dos 176 questionários respondidos, seis gestores não responderam às questões abertas, portanto o corpus desse trabalho foi constituído pelas respostas de 164 gestores às duas questões.

⁸ O termo “desestrutura familiar” foi apresentado pelos gestores e aqui é compreendido como: Famílias que por motivos diversos não conseguem fornecer aos filhos ou responsáveis apoio material e emocional suficientes para um desenvolvimento longe de fatores de risco como álcool e drogas. Também, longe de comportamentos socialmente considerados desviantes. Este termo não guardam relação específica com a composição dos novos arranjos familiares.

violência e suas estratégias de prevenção de novas ocorrências. Ao final são apresentadas algumas considerações e as referências utilizadas para a produção desse trabalho.

2. PESQUISAS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL

A produção de conhecimento sobre o tema da violência nas escolas e suas manifestações adquiriu proporções significativas a partir de 1980, acompanhando as discussões nacionais de luta pela democratização das instituições escolares, no âmbito do processo de redemocratização nacional.

Segundo Sposito (2001), o tema da violência escolar, principalmente nas escolas públicas, eclode junto ao movimento de outras demandas latentes que adquiriram visibilidade nos espaços públicos, possibilitados pela distensão política, quando houve maior abertura para discussão sobre as questões que afetavam a qualidade de vida da população das periferias das grandes cidades, e o tema da segurança constituía problema importante a ser discutido (SPÓSITO, 2001)⁹.

A mobilização social nesse período, conforme Sposito (op. cit.), que inicialmente desejava tornar visível a precariedade das condições físicas dos prédios escolares públicos, promoveu um longo debate sobre as depredações, os roubos e outras manifestações de violências que as escolas sofriam nos períodos em que não eram utilizadas pela comunidade escolar. A mobilização reuniu os professores, os alunos e os pais que reivindicavam melhores condições de proteção para o funcionamento das unidades escolares e proteção contra elementos externos à comunidade, que segundo entendimento da época eram os responsáveis por prejudicar o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, Sposito (2001, p.91) afirma que:

Nos primeiros anos da década de 1980 observava-se certo consenso em torno da ideia de que as unidades escolares precisavam ser protegidas, no seu cotidiano, de elementos estranhos, os moradores dos bairros periféricos, atribuindo a eles a condição de marginais ou delinquentes. Tratava-se assim de uma concepção de violência expressa nas ações de depredação do patrimônio público, especialmente, e, em menor grau, no medo da invasão dos prédios por adolescentes ou jovens

⁹ As mobilizações entorno das escolas coincide com o luta por maior transparência de informações governamentais que representa um marco da redemocratização do estado brasileiro a partir da constituição de 1988. Este avanço possibilitou à população um acompanhamento mais efetivo dos governantes eleitos, melhor acompanhamento das ações do serviço público e um maior acompanhamento das informações de suas localidades e informações sociais de todo país. (JANUZZI, 2011, p. 38).

moradores, aparentemente sem vínculo com a unidade escolar (SPOSITO, 2001, p.91).

Assim, de acordo com Sposito (2001), no início dos anos 80, as discussões sobre a violência nas escolas se deram de modo associado às mobilizações sociais ligadas às questões democráticas do período, reivindicando uma maior abertura da gestão das escolas para participação popular e solicitando mudanças na forma de administrar as relações de modo menos autoritário e de forma a proporcionar melhores condições de permanência aos alunos matriculados.

No início dos anos 90 constatou-se uma redução dos índices de violência contra o patrimônio da escola, mas observava-se a persistência de um quadro de conflitos físicos envolvendo os alunos. O crescimento da violência interpessoal, entre ocorrências de agressão, homicídios e porte e uso de drogas nos espaços internos das instituições e atos contra os alunos, tornaram-se mais frequentes e evidenciaram que as ações violentas não estavam restritas ao ambiente externo das escolas e a terceiros não vinculados à instituição. Passou-se então a considerar o aluno não só no papel de vítima de uma possível violência, mas também como potencial autor dos casos que ocorriam nas instituições (SPÓSITO, 2001).

Essa nova perspectiva de observação do fenômeno reforçou a importância de distinguir as formas de sociabilidade entre os jovens no ambiente escolar¹⁰, conferindo maior ênfase às relações intramuros e ampliando e complexificando a própria análise do fenômeno dentro das instituições (SPOSITO, 2001). A nova forma de observação do fenômeno da violência, partindo da investigação de quem são os jovens na condição de alunos, ou seja, sua “condição juvenil” (DAYRELL, 2007), isto é, passou-se a creditar maior importância aos aspectos característicos da juventude: suas culturas particulares, suas práticas cotidianas, seus símbolos e suas necessidades próprias para compreensão das interações no ambiente escolar e, conseqüentemente, os conflitos e a violência decorrentes da convivência de entre os jovens e as gerações nas escolas.

Contudo, Sposito (2001) destaca que na observação da violência nas escolas públicas, ao identificar os alunos como principais autores e vítimas da violência, deve-se evitar a estigmatização¹¹, pois, apesar de os jovens serem os autores e também as principais vítimas da

¹⁰ Ver “Diagnóstico Participativo de Violência nas Escolas” de Miriam Abramoway (2016) com ênfase principalmente na expansão da violência escolar em instituições de todo país

¹¹ Charlot (2002) destaca que a incidência de violência nas escolas não é um fenômeno da década de 80, havendo relatos de casos que ocorreram nos estabelecimentos de ensino no início do século XIX. No período, em que as

violência, eles não são os únicos responsáveis pelos casos, portanto deve-se evitar a responsabilização direta e uma associação que reforça estigmas por comportamentos, estilos de grupos e condutas de identificação coletiva e culmine na associação dos caos de violência ao processo de abertura ou massificação das instituições de ensino a partir dos anos 60¹².

Outras perspectivas levantam suposições de que a origem do mal-estar que permeia o ambiente escolar deriva-se de impasses e dúvidas sobre a própria função da escola na atualidade (FERRAZ, 2007). Segundo Debarbieux (1999), a violência escolar pode estar relacionada: (i) às grandes dificuldades de gestão; (ii) ao contexto onde a escola está inserida, tratando-se de uma violência que se origina de fora para dentro das escolas e ou (iii) aos componentes internos de cada escola, necessitando de uma observação dos seus distintos significados, com os diversos atores, para compreensão das minúcias do fenômeno.

Segundo Charlot (2002, p. 433), o quadro atual da violência gera uma sensação de insegurança para a comunidade escolar e produz uma sensação de “angústia social”, dada a natureza e a intencionalidade dos conflitos, que parecem não ter mais limites ao ambiente escolar. Dessa forma, para esse autor, o tema da violência demanda considerações em uma perspectiva que encara o fenômeno não mais na categoria de um “evento acidental” (2002, p. 434), mas que o considere em suas novas dimensões está se convertendo em “fenômeno estrutural” (2002, p. 434), necessitando de uma observação cuidadosa, já que os métodos anteriores não se aplicam mais à observação atual.

Abramoway (2002, p. 5), ao abordar o tema da violência nas escolas, destaca que a violência não está restrita às ações dos alunos ou do público externo, destacando que a escola também é “lôcus de produção e reprodução de violências nas suas mais variadas formas, na medida em que sua estrutura, seu modo de organização, acaba impossibilitando que ela cumpra o seu papel, que é o de formar, de maneira positiva, crianças e jovens”.

escolas públicas eram de acesso único e exclusivo das elites econômicas do país, há registros, mesmo que poucos casos, de bombas e brigas nos estabelecimentos de ensino.

¹² Segundo Abramoway (2008, p. 2) “Quando falamos em massificação, que muitos chamam de democratização, estamos nos referindo que a maior parte de nossas crianças entra para a escola. Mas quantos a deixam antes de terminar a 4ª série, quantos abandonam e quantos nunca aparecem nesse espaço?” (ABRAMOWAY, 2008, p. 5). A abertura iniciada em meados dos anos 60 ocorreu antes de haver uma preparação das instituições para receber o novo público, não havendo nenhuma adequação dos projetos políticos pedagógicos, dos espaços físicos e muito menos a preparação da equipe escolar para se comunicar com os novos códigos e com os novos valores da juventude. Deste modo, a escola abriu suas portas, mais viu também crescer as taxas de indisciplinas e violência, não significando, necessariamente, que os conflitos iniciaram neste período, mas, todavia, houve uma intensificação e surgimento de novos casos a partir de então, tendo em vista que os jovens traziam consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente.

É consenso nas discussões propostas por Charlot (1994), Abramoway (2002) e Sposito (2001) a necessidade de que na observação do fenômeno da violência nas escolas haja uma diferenciação do que se configura enquanto violência propriamente dita e o que se enquadra como transgressões ou incivildades, tais como xingamentos, ofensas, linguagens chulas, empurrões, humilhações, dentre outras ações de menor potencial ofensivo, recorrentes na convivência juvenil e nos espaços escolares.

Charlot (1994) e Abramoway (2002) propõem tipificações que diferenciam os eventos de violência escolar, de modo a evitar a estigmatização dos fatos (PRIOTO, 2009). Ambos diferenciam a violência na escola, a violência da escola e a violência contra escola¹³. Cabe destacar, como apresentado por Charlot (2002, p. 436), que “o problema não é fazer desaparecer da escola a agressividade e o conflito, mas regulá-los pela palavra e não pela violência – ficando bem entendido que a violência será bem mais provável, na medida em que a palavra se tornar impossível”.

Como lembra Fraga (2016), por se tratar de um fenômeno diretamente retirado do real e cuja análise está sempre coadunada com reflexões sobre possíveis soluções, a observação do mesmo exige um cuidado especial, para que haja uma diferenciação dos eventos e da representação social e midiática dos fatos. Desse modo, a produção de levantamentos e análises periódicas dando voz aos diferentes membros da comunidade escolar pode contribuir na alocação dos recursos e maior eficiência na tomada de decisões, colaborando na resolução de situações e prevenção de novos casos de violência escolar. Para além, é possível através das pesquisas e observações mapear bons exemplos e práticas de comportamentos que podem ser pequenas ações, mas que podem afetar positivamente a relação entre a escola, a comunidade e inibir possíveis situações de violência.

¹³ Em resumo, a violência na escola se caracteriza por diversas manifestações que ocorrem no cotidiano da escola, praticadas por entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos. Ocorrendo principalmente dentro da escola, nos pátios, quadras, salas de aula, portão de entrada da escola e na via pública em frente à escola. A violência contra a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furto do patrimônio. E a violência da escola são práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros em atos que denotam o autoritarismo exacerbado o trato do dia a dia e evidentes através do abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos. (PRIOTO, 2009, p.167-168).

3. VIOLÊNCIA URBANA NO DISTRITO FEDERAL E O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS

Antes de adentrar no tema da violência nas escolas do Distrito Federal (DF) é importante uma breve descrição sobre a situação da segurança pública nesse Distrito e a análise sobre a participação de adolescentes e jovens na violência urbana.

Segundo informações do Atlas da Violência de 2016, o DF não está entre os entes federativos com maior acúmulo social de violências no Brasil. Ao contrário, nos últimos oito anos, diferentemente de outros estados, o DF tem apresentado uma redução das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), principalmente com relação ao número de homicídios, tornando-se uma das referências nacionais em termos de estudos, gestão de informações por Sistema de Informações Geográficas (SIG) e combate à criminalidade no Brasil (IPEA; E. FBSP, 2016).

A disponibilidade orçamentária, a dimensão territorial e o tamanho da população do DF em relação às demais capitais nacionais são fatores que contribuem para um acompanhamento mais efetivo da violência em todas as regiões administrativas, em diversos aspectos. Ademais a qualificação dos servidores dos diversos órgãos, a proximidade física das instâncias administrativas e a disponibilidade orçamentária local auxiliam na realização de trabalhos conjuntos e com maior efetividade, na área de Segurança Pública e outras áreas estratégicas de gestão¹⁴. Entretanto, apesar de toda a estrutura disponível, o DF, assim como outras unidades federativas, ainda não encontrou meios para barrar a participação (ativa e frequente) de adolescentes e jovens como infratores e vítimas de crimes.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública do DF, no ano de 2016, 37% dos CVLI registrados foram praticados por menores de idade, na faixa etária de 13 a 17 anos. Além disso, no ano de 2016, dos 34.667 apreendidos e presos em flagrante, 25% eram adolescentes e jovens com idade entre 11 e 17 anos, ou seja, foram apreendidos 8.611 adolescentes em flagrante por prática de atos infracionais, sendo que houve uma redução de

¹⁴ Diferentemente de outros estados, para além, dos recursos próprios de arrecadação, a capital federal recebe um repasse constitucionalmente previstos do Tesouro Nacional. O montante repassado é destinado para promover a organização e manutenção dos órgãos responsáveis pela segurança Pública e investimentos para execução de serviços públicos de saúde e educação da Capital, conforme disposto no inciso XIV do art.21 da Constituição Federal. Para ver mais consultar: Análise dos investimentos em Segurança Pública no Brasil entre 2000 e 2009 de Osvaldo Martins de Moraes Filho, Rebeca Dias Cario, Ronaldo Alves Nogueira em Revista Brasileira de Segurança Pública | São Paulo Ano 5 Edição 8 Fev./Mar 2011. Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

3,9% de adolescentes em relação a 2015, mas mantendo a proporção percentual de 25% de adolescentes em relação ao total de presos em flagrante.

Do total de adolescentes apreendidos, 89,1% eram do sexo masculino (n=7.674), 76% (n=6.553) eram reincidentes e respondiam judicialmente por outras ocorrências e já haviam cumprido medida socioeducativa. Considerando o total de apreendidos, mais de 50% destes adolescentes já respondiam judicialmente a uma média de dois a quatro delitos de natureza média, também em prisão em flagrante, e por ocorrências tais como posse e tráfico de drogas, roubo a transeuntes e lesão corporal, que envolve tentativa de homicídio, de latrocínio e o homicídio propriamente dito (SGI/SSP, 2018).

Segundo o sociólogo Júlio Waiselfisz, o crescimento da participação de adolescentes e de jovens na prática de atos criminosos e como vítimas em potencial da violência, ganha força a partir dos anos 2000, junto com a expansão da criminalidade para municípios de pequeno e médio porte. Para Waiselfisz (2015, p. 14) a participação de jovens na criminalidade tornou-se recorrente, principalmente com o envolvimento direto deles com o tráfico de drogas e “esta situação provoca um desconforto por evidenciar modos de sociabilidade violentos, de circunstâncias políticas e econômicas, de mecanismos de negação da cidadania que ocorrem no Brasil”, afetando uma fase de grande importância da subjetivação¹⁵ e da formação cidadã.

No DF a violência que atinge a juventude deu origem a diversas investigações por parte da Secretaria de Segurança. Entre essas investigações e medidas adotadas foram criados grupos de trabalho que tinham como pautas: (i) a prevenção a violência juvenil; (ii) o acompanhamento dos jovens nas unidades de internação, segundo os dados da Subsecretaria de Administração Penitenciária (SESIPE) e (iii) o acompanhamento das situações de violência na escola, da escola e contra a escola, considerando esta instituição como um dos pilares fundamentais para o enfrentamento da violência e também que um trabalho em parceria entre a segurança e a educação poderia contribuir na elaboração de programas de prevenção de novos casos envolvendo a juventude.

O enfrentamento das situações de violência, que envolvem adolescentes e jovens, é uma das obrigações do Estado, juntamente com outras instituições sociais. De acordo com o Art. 227 da Emenda Constitucional n. 65, de 2010:

¹⁵ Michel Misse (2010), segundo abordagem sociológica proposta a partir da teoria do sujeito, considera como subjetivação o processo de emergência do sujeito, que pode se afirmar em contraposto da estrutura, ou em concordância com os parâmetros socialmente estabelecidos, mas em ambos os casos o sujeito é dotado de particularidades e cargas simbólicas de suas experiências.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão¹⁶.

Nesse sentido, a observação da condição juvenil em suas múltiplas dimensões sociais, em diversas instituições tais como nas famílias, nos espaços religiosos e na escola, nas ruas e nas praças, entre outros espaços informais é de extrema importância para se perceber as vivências, e o entendimento dos processos que compõem a condição juvenil atualmente (DAYRELL, 2008). Assim, a escola é tida como um espaço em especial pois segundo o relatório “Educação para Todos no Brasil 2000-2015” do Ministério da educação a parcela que majoritariamente frequenta as instituições públicas brasileiras é formada principalmente por jovens, negros e de baixa renda, sendo este, o mesmo perfil daqueles que são mais afetados pelos impactos da violência no país como apresentado anteriormente.¹⁷

De tal modo, a investigação de elementos característicos desta etapa de desenvolvimento dos sujeitos e dos seus espaços de sociabilidade podem contribuir com a elaboração, avaliação e monitoramento de ações que resultem na prevenção a participação dos adolescentes e jovens na violência. Ações estas que se estruturam de modo mais eficaz na atuação voltada à população e menos onerosos para o estado.

4. VIOLÊNCIA ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

Serão apresentadas, nessa seção, as informações sobre as escolas e informações sobre a violência escolar obtidas por meio da análise das ocorrências registrados na Polícia Civil do DF, relativas ao primeiro semestre dos anos de 2015 e 2016. Do mesmo modo, serão apresentadas parte dos dados sobre a violência escolar informados pelos gestores das instituições públicas de ensino do DF no formulário que deu origem ao relatório analisado.

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art2.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>

4.1. Informações sobre as escolas do DF

De acordo com a Secretaria de Educação, em 2016 existiam 665.648 matrículas no DF de alunos da rede pública e privada de ensino de educação básica, conforme mostrado na tabela 1, a seguir. Deste total, 70,3%, ou seja, 468.101 matrículas eram de alunos da rede pública em suas diversas etapas da escolarização no nível da educação básica. Um percentual de 29,7% (n=197.547) estava matriculado em instituições privadas, o que configura uma proporção aproximada de um aluno matriculado em instituições privadas para cada três alunos matriculados em instituições públicas no ano de 2016 (GDF, 2018).

Tabela 1. Total de matrículas e de instituições por tipo de instituição no Distrito Federal em 2016

Informações SEDF (2016)	Matrículas		Instituições		Média de Alunos por Escola
	Absol.	%	Absol.	%	
Instituições Privadas	197.547	29,7%	522	44%	378,4425
Instituições Públicas	468.101	70,3%	666	56%	702,8544
Total	665.648	-	1.188	-	-

Fonte: Censo Escolar 2016 (SEEDF - 2018).

No ano de 2016 existiam 662 escolas públicas funcionando no DF, com uma média de alunos matriculados de aproximadamente 703 alunos por instituição. Na rede privada de ensino existiam em 2016 522 escolas, dentre estabelecimentos conveniados e não conveniados com a Secretaria de Educação, tendo cada instituição uma média de 378 alunos, o que corresponde a quase a metade do público de cada escola pública.

As informações acima são apresentadas para demonstrar a discrepância entre a capacidade de atendimento da rede pública em relação a rede privada. Sem listar elementos possíveis tais como greves, falta de professor por afastamento de saúde, número de funcionários do corpo pedagógico, falta de segurança, indisciplina, falta de materiais, dentre outros elementos é possível afirmar que o trabalho docente nas escolas públicas demanda maior atenção e em relação as escolas privadas. E considerando apenas o número de alunos é possível afirmar que o trabalho docente precisa ser triplicado todos no dia a dia.

4.2. Registros na Polícia Civil do DF de violência nas escolas e no seu entorno

Segundo a Subsecretaria de Gestão das Informações, Secretaria de Segurança Pública do DF, no ano de 2016, foram registradas 2.657 ocorrências de violências nas instituições escolares públicas do DF ou no seu entorno. O número total de casos representa 1% de todas as ocorrências criminais registradas no 1º semestre de 2016 no DF e equivale a uma queda de 13% de ocorrências relacionadas às escolas em relação ao mesmo período do ano de 2015 (Tabela 2).

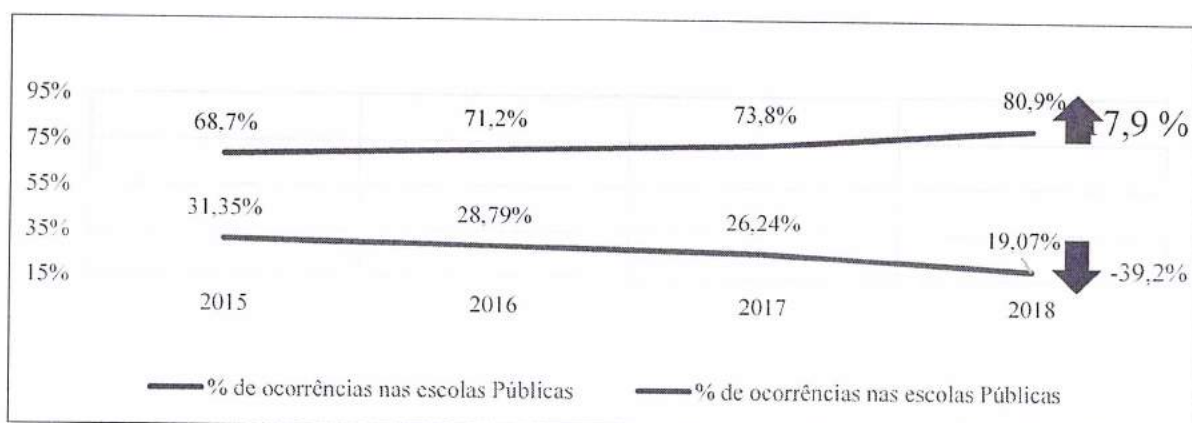
Tabela 2. Evolução da violência nas escolas do DF de 2015 a 2018 – Valor Absoluto.

Ano	2015	2016	2017	2018	Varição 2015-2016
Ocorrências nas Escolas Públicas	1.798	1.892	1.729	1.838	2%
Ocorrências nas Escolas Privadas	821	765	615	433	-47%
Distrito Federal	2.619	2.657	2.344	2.271	-13%

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF, 2016.

Um percentual de 71% das ocorrências registradas guardava relação direta com as instituições públicas de ensino e 29% estavam relacionadas às instituições particulares, como mostrado no gráfico 1.

Figura 1. Evolução da violência nas escolas de 2015 a 2018 – Valor Percentual.



Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF, 2018.

A análise da incidência de ocorrências por tipo de instituição (pública ou privada) e etapa de ensino ofertado mostra que a maior concentração está relacionada às instituições que ofertam o ensino fundamental no DF, nas quais foram registrados 56% dos casos. Em segundo lugar, estão as instituições que ofertam o ensino infantil, com 18% do total de casos registrados. Nas instituições privadas, os casos de violência envolvendo as escolas são mais frequentes nos estabelecimentos que ofertam o ensino superior, com 47% dos registros, e em segundo, estão as instituições de ensino fundamental, com 26% dos casos.

Tabela 3. Violência nas escolas por nível de ensino no ano de 2016 – 1º Sem.2016

Nível de Ensino	Pública		Particular	
	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%
Educação Infantil	341	18%	8	1%
Ensino Fundamental	1060	56%	199	26%
Ensino Médio	227	12%	191	25%
Ensino Superior	208	11%	360	47%
Outros	57	3%	8	1%
Nº de Ocorrências	1.892	%	765	765

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF, 2016.

Em relação às informações sobre a concentração de ocorrências no ensino fundamental é importante salientar que as instituições que ofertam essa etapa da educação básica são divididas entre aquelas que atendem turmas de 1º ao 5º ano, a partir dos 6 anos aos 10 anos de idade, e as turmas do 6º ano ao 9º ano, atendendo alunos de 11 aos 14 anos de idade. Frequentemente, a maior concentração de casos de violência é encontrada no segundo segmento do ensino fundamental. A idade do público atendido neste segmento é a mesma em que há uma concentração de adolescentes aprendidos em flagrantes por atos infracionais (SGI/SSP, 2016), evidenciando-se, assim, que esse público necessita de atenção especial nas análises e ações de enfrentamento ao problema da violência.

A tabela 4, a seguir, apresenta o dia e o horário da concentração das ocorrências de violência no DF nas escolas públicas

Figura 2. Concentração de ocorrências por dia horário – 1º Sem.2016

	0h às 3h	3h às 6h	6h às 9h	9h às 12h	12h às 15h	15h às 18h	18h às 21h	21h à 0h	Total
dom									0
seg			46	79	92	84	87	40	428
ter			64	127	126	97	81	44	539
qua			84	124	113	101	119	34	575
qui			52	94	109	81	75	36	447
sex			74	107	108	78	63	42	472
sáb			15	26	13	13	8	12	87
Total	0	0	335	557	561	454	433	208	2548

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF, 2016.

Grande número de eventos está concentrado no horário de encerramento das atividades do turno matutino e início das atividades do turno vespertino nas escolas públicas, principalmente no período de terça-feira à quinta-feira. No horário noturno, a maior parte das ocorrências se dá entre 18 e 21 horas, principalmente às quartas- feira em instituições privadas que oferecem o ensino superior.

Um destaque importante da tabela acima é que no primeiro levantamento de ocorrências, em observação do *modus operandi* dos crimes, constatou-se que o horário de maior concentração dos fatos coincide com o horário de troca das escalas de serviço dos agentes operacionais do Batalhão escolar, responsável pelas ronda nas escolas. Desse modo, com a identificação de uma possível correlação direta entre os fatos, a Secretaria de Segurança solicitou a revisão dos horários e adequação dos plantões aos turnos de aula e horários de maior incidência de ocorrências. No 2º semestre de 2016 observou-se queda das ocorrências nos horários em que se constatou maior incidência no primeiro semestre desse ano.

O tipo de objetos roubados ou furtados nas escolas no primeiro semestre de 2016 é mostrado na tabela 5, a seguir.

Tabela 4. Principais objetos de roubos e ou furtos nas escolas – 1º Sem.2016

Tipo de Escola	Celular	Carro	Mochila	Outro Eletrônico	Tênis	Notebook	Computador	Outros
Instituições Públicas	66%	19%	9%	2%	1%	1%	1%	2%
Instituições Privadas	42%	49%	5%	3%	0%	1%	0%	1%

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF, 2016.

Nas escolas públicas, o celular é o bem mais cobiçado em 66% das ocorrências de roubo ou furto, seguido dos casos de roubo a veículos ou no interior destes, com concentração de 19% das ocorrências. Nestes casos, uso de ameaça (36%) e agressão física (22%) são os principais meios empregados para realização do crime, superando o uso de arma de fogo (10%), conforme mostrado na tabela 6.

Tabela 5. Meio empregado para realização dos roubos – 1º Sem.2016

Tipo de Escola	Ameaça	Agressão Física	Agressão verbal	Arma Branca	Arma de Fogo	Arrombamento
Instituições Públicas	36%	22%	8%	5%	10%	19%
Instituições Privadas	14%	10%	3%	6%	14%	53%

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SSPDF – 1º semestre/2016

Nas escolas privadas, o roubo de veículo ou no seu interior é o crime de maior incidência (49%), sendo o arrombamento o meio mais utilizado. Em seguida, o roubo de celulares, a segunda maior incidência com 42%, sendo que o uso de ameaça e de arma de fogo aparece como meios empregados nestas ocorrências, em 14% dos casos.

4.3. Informações dos gestores: Questões Quantitativas

Tendo em vista que a investigação sobre a violência escolar não deve ficar restrita ao aspecto puramente policial, baseado apenas em estatísticas de denúncias e na atuação das forças policiais, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal implementou no ano de 2016 uma pesquisa sobre a violência escolar. Neste levantamento, buscou-se acessar as informações não disponíveis nos órgãos oficiais de polícia sobre o fenômeno, a partir da perspectiva dos gestores que atuam no cotidiano das escolas.

Antes da realização dessa pesquisa, foram feitos dois levantamentos no ano 2015, envolvendo os gestores de apenas duas RA's: Região de Planaltina e Ceilândia. Tratou-se de um teste do instrumento, da plataforma de coleta de dados e da logística que seria utilizada na pesquisa propriamente dita. Em 2016, todos os 662 gestores da rede pública de ensino foram convidados a participar, sendo que desses 176 responderam ao questionário.

Na tabela 6 é apresentada a distribuição das escolas do DF pesquisadas por etapa da educação básica e modalidade de ensino, no ano de 2016. Cabe destacar que segundo as

informações do “Caderno de Matrículas de 2016”¹⁸ do Censo Escolar da Secretaria de Educação do GDF, um único estabelecimento de ensino pode ofertar mais de uma etapa ou modalidade de ensino, tendo um único gestor responsável, como, por exemplo, as instituições que ofertam ensino fundamental no turno matutino, o ensino médio no turno vespertino e a Educação de Jovens e Adultos no turno noturno.

Tabela 6. Distribuição das escolas amostradas por etapa/modalidade de ensino – 1º Sem.2016

Etapas e Modalidades de Ensino	Nº de escolas	% em relação do total de respostas
Educação Infantil	19	11%
Educação Infantil + Ensino Fundamental Inicial	80	45%
Ensino Fundamental Final	34	19%
Ensino Fundamental Final + Ensino Médio	3	2%
Ensino Fundamental + Ensino Médio + EJA	8	5%
Educação Fundamental + EJA	13	7%
Ensino Médio	11	6%
Educação de Jovens e Adultos	4	2%
Educação Profissional	4	2%
Total	176	-

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

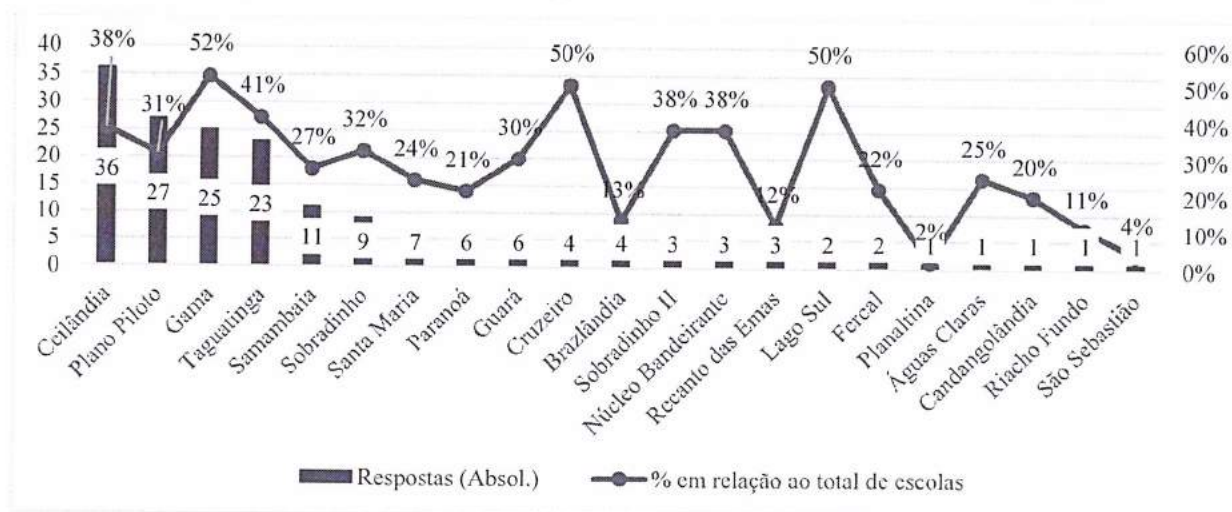
A distribuição dos dados por Etapa/Modalidade de ensino mostra que no ano de 2016 participaram da pesquisa principalmente escolas que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental. Os gestores das escolas de educação infantil representam 11% das respostas e das escolas que ofertam educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), correspondem a 45% do total. Os gestores de escolas que ofertam essas duas etapas da educação básica somam 56% do total das respostas.

A concentração da pesquisa nos anos iniciais aproxima-se da distribuição de escolas no DF por etapa/modalidade, uma vez que as escolas de educação infantil representam 21% da oferta e as instituições que ofertam o ensino fundamental 43%. As escolas de ensino médio representam 16% da oferta pública no DF. Os 20% restante correspondem à oferta da educação especial e da Educação de jovens e adultos (GDF/ Caderno de Matrículas de 2016).

O gráfico 2, a seguir apresenta o total de respostas por região administrativas do DF ao questionário e o percentual de respostas em relação ao total de escolas por RA. Destaca-se que das 31 RA's existentes no DF, foram registradas respostas apenas de 21 regiões.

¹⁸ O Caderno de Matrículas é um relatório técnico produzido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal onde são especificadas informações das escolas por nº de alunos matriculados, nº de turmas por modalidade de ensino, nº de funcionários e outras informações das instituições de ensino.

Figura 3. Distribuição dos gestores por RA e percentil de escolas amostradas – 1º Sem.2016¹⁹



Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

De modo a contextualizar a situação da violência nas escolas, a partir da perspectiva dos gestores, anteriormente à discussão sobre os fatores etiológicos elencados nas repostas às questões discursivas, são apresentadas a seguir algumas informações extraídas do Relatório Violência e Percepção de Segurança nas Instituições de Ensino do Distrito Federal, cujos dados foram gerados por meio de questionário online e processados através do software SPSS²⁰.

Abaixo, trata-se dos seguintes tópicos: (i) Sensação de segurança nas escolas e na comunidade; (ii) Incidência de ocorrências, desordens e incivildades; (iii) locais de maior incidência de violência nas escolas; (iv) Medidas adotadas pela instituição para o enfrentamento da violência e (v) Fatores que explicam a incidência de violência e incivildade nas escolas. As análise e descrições dos dados seguem as descrições apresentadas no relatório.

4.3.1. Sensação de segurança nas escolas e na comunidade

Um das principais questões do questionário apresentado aos gestores foi uma escala de avaliação da sensação de segurança nas escolas onde atuam e a sensação de segurança em relação ao local onde a escola se localiza. A intenção era captar a percepção geral de segurança

¹⁹ As escolas das 31 RA's estão distribuídas por 14 regionais de ensino, segundo sua localização. Para consulta acessar: <http://www.educacao.df.gov.br/3112-2/>

²⁰ O SPSS é um software aplicativo do tipo científico para análise de dados e produção de diagnósticos estatísticas diversos.

que os gestores possuem, a partir de histórias e acontecimentos envolvendo a escola e seu entorno.

Tabela 7. Percepção de segurança nas escolas e no seu entorno – 1º Sem.2016

Modalidade de ensino	Região (Perímetro)		Escola	
	Seguro	Inseguro	Seguro	Inseguro
Educação Infantil	23%	77%	46%	54%
Educação Infantil + Ensino Fundamental Inicial	51%	49%	66%	34%
Ensino Fundamental Final	33%	67%	57%	43%
Educação Fundamental + Ensino Médio	33%	67%	67%	33%
Educação Fundamental + Ensino Médio + EJA	40%	60%	40%	60%
Educação Fundamental Final + EJA	42%	58%	75%	25%
Ensino Médio	63%	38%	75%	25%
Educação de Jovens e Adultos	100%	0%	75%	25%
Educação Profissional	67%	33%	100%	0%
Avaliação Geral	45%	55%	63%	37%

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

Considerando a distribuição percentual é possível perceber que a maior parte das escolas são classificadas como ambientes seguros (63,3%). Entre as escolas que ofertam as diferentes etapas da educação básica, sobressaem aquelas que ofertam as séries finais do ensino fundamental e a EJA como mais seguras (75%). As escolas que ofertam o ensino médio (75%) e as instituições que ofertam a EJA (75%) foram consideradas as mais seguras, na percepção dos gestores.

Em relação à avaliação da sensação de segurança nas regiões onde as escolas estão inseridas, 45,4% dos gestores disseram que esses locais são seguros. Porém, há uma tendência de maior sensação de insegurança entre os gestores em relação às regiões. Sendo necessário uma investigação presencial nestes espaços para verificação da presença de desordens, incivildades ou crimes nas proximidades das instituições.

4.3.2. Incidência de ocorrências, desordens e incivildades nas escolas do DF

As questões relativas à incidência de ocorrências, desordens e incivildades nas escolas, buscaram conhecer os eventos que são caracterizados pelos gestores como práticas

violentas ou criminosas realizadas contra alunos, corpo docente e/ou corpo técnico da instituição, ou que ocorreram nas proximidades da instituição. Este levantamento se referiu apenas à incidência, não sendo levantados dados sobre o número de casos²¹. Além disso, cabe destacar que situações de incivilidade, de modo geral, não são levadas ao conhecimento dos órgãos policiais e essas informações podem colaborar para mapear a subnotificação de crimes²².

A tabela 8 mostra as manifestações dos gestores pesquisados sobre crimes cometidos nas escolas e no seu entorno, sua incidência e as etapas da educação básicas escolas onde tais eventos ocorreram e ou em suas imediações.

Tabela 8. Incidência de crimes contra a pessoa, discriminações e crimes sexuais – 1º Sem.2016

Incidência de Crimes Letais Intencionais, Discriminações e Crimes sexuais	Ameaças e Intimidações	Agressões Físicas e Brigas	Casos de discriminações	Identificação de sinais de violência doméstica	Casos de Violência Sexual	Homicídios
Educação Infantil	23,5%	11,8%	17,6%	29,4%	11,8%	-
Educação Infantil + Ensino Fundamental Inicial	61,5%	56,4%	56,4%	47,4%	35,9%	1,3%
Ensino Fundamental Final	87,9%	100,0%	81,8%	57,6%	33,3%	6,1%
Educação Fundamental + Ensino Médio	66,7%	66,7%	66,7%	33,3%	0,0%	-
Educação Fundamental + Ensino Médio + EJA	100,0%	71,4%	85,7%	42,9%	28,6%	28,6%
Educação Fundamental Final + EJA	92,3%	84,6%	92,3%	61,5%	53,8%	-
Ensino Médio	90,9%	90,9%	81,8%	18,2%	18,2%	-
Educação de Jovens e Adultos	50,0%	50,0%	50,0%	25,0%	0,0%	-
Educação Profissional	75,0%	50,0%	25,0%	50,0%	0,0%	-
Geral	68,8%	65,3%	62,4%	45,9%	30,60%	2,90%

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

Nota-se, na tabela 8 que dentre as incidências de crimes, os eventos mais frequentes são os casos de ameaças e intimidações que ocorreram em mais de 50% das escolas, envolvendo a maior parte daquelas que ofertam as diferentes etapas da educação básica, com exceção apenas das escolas que ofertam a educação infantil, onde a manifestação dessa incidência se deu entre 23% dos gestores que responderam ao questionário.

As manifestações dos gestores relativas à identificação de alunos com sinais de violência doméstica são significativos, principalmente nas escolas que ofertam os anos finais

²¹ O Pré teste do instrumento mostrou que os gestores não tem controle efetivo sobre o número de casos. Há nas escolas um caderno de registro das situações atípicas, porém este encontra-se incompleto quanto ao seu preenchimento.

²² Segundo o relatório, o levantamento junto aos gestores no ano de 2016 ficou restrito apenas a incidência de ocorrências dado que as escolas não possuíam números exatos ou até mesmo próximos a todos as incidências de violência e/ou incivildades nas escolas

do ensino fundamental (57,6%) e nas escolas que ofertam tanto os anos finais do ensino fundamental como a EJA (61,5%). Portanto, há uma forte incidência de casos de alunos que convivem diariamente com situações de violência em suas residências, o que pode afetar negativamente suas formas de lidar com os conflitos e as situações atípicas do cotidiano, devido às influências dos pais ou responsáveis, nesse caso negativas, pois envolve agressão física.

A tabela 9, a seguir, mostra a incidência de crimes contra o patrimônio, consumo e venda de drogas e porte de armas nas escolas do ensino fundamental que ofertam as etapas da educação básica no DF, informada pelos gestores pesquisados.

Tabela 9. Incidência de crimes patrimoniais, presença de drogas e armas nas escolas – 1º Sem.2016

Incidência de Crimes Contra o patrimônio, Consumo e venda de Drogas e Presença de Armas	Roubos e Furtos	Depredação ou vandalismo	Flagrante de Consumo de álcool e drogas	Comércio de drogas (dentro ou nas imediações)	Porte de Armas (Arma Branca ou Arma de Fogo)
Educação Infantil	64,7%	41,2%	29,4%	29,4%	0,0%
Educação Infantil + Ensino Fundamental Inicial	65,4%	44,9%	28,2%	23,1%	12,8%
Ensino Fundamental Final	84,8%	69,7%	78,8%	63,6%	60,6%
Educação Fundamental + Ensino Médio	66,7%	66,7%	66,7%	33,3%	33,3%
Educação Fundamental + Ensino Médio + EJA	100,0%	100,0%	100,0%	71,4%	71,4%
Educação Fundamental Final + EJA	92,3%	92,3%	92,3%	84,6%	61,5%
Ensino Médio	100,0%	90,9%	90,9%	54,5%	36,4%
Educação de Jovens e Adultos	100,0%	100,0%	50,0%	25,0%	25,0%
Educação Profissional	50,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%
Geral	75,3%	58,8%	51,2%	40,6%	28,8%

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

Como pode ser observado na tabela 9, 75,3% dos gestores pesquisados, afirmou que ocorreram casos de roubo ou furtos nas instituições que administram ou nas proximidades. Ademais, um percentual de 40,6% disse que a incidência de comércio ou venda de drogas dentro e nas imediações das instituições, enquanto 28% afirmaram já ter visto ou ficado sabendo de alunos portando arma branca ou de fogo nas escolas no 1º Semestre de 2016. Cabe destacar que a presença de tráfico de drogas e a disponibilidade de armas aumenta o perigo de confrontos que podem gerar ferimentos sérios e até mesmo homicídios nas escolas. O porte de arma pode também representar uma desconfiança da capacidade das instituições formais, tais como a

escola e ou a polícia, de mediar os conflitos e um desdém quanto ao envolvimento das instituições nestes casos.

4.3.3. Locais da incidência da violência nas escolas

Tabela 10. Locais de maior incidência de violência no interior das escolas públicas – 1º Sem.2016

Situações:	Sala de aula COM professor	Sala de aula SEM professor	Espaços (Intramuros) COM Supervisão	Espaços (Intramuros) SEM Supervisão
Ameaças e Intimidações	44,7%	45,9%	43,5%	48,8%
Agressões Físicas e Brigas	30,1%	45,9%	35,3%	45,9%
Roubos e Furtos	30,0%	30,6%	17,6%	32,9%
Porte de Armas	4,1%	4,1%	2,9%	11,2%
Uso de drogas	2,4%	10,6%	7,1%	25,9%
Tráfico de drogas	1,8%	10,6%	4,7%	22,4%
Depredação e Vandalismo	15,3%	1,2%	17,1%	30,6%

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

Independentemente da etapa da educação básica ofertada, os locais no seu interior, sem supervisão ou acompanhamento dos professores ou de membros da gestão, são aqueles onde há maior incidência de casos. Nas salas de aula, por exemplo, com a presença do professor registra-se a maior incidência de casos de ameaças e intimidações (44,7%), e agressões físicas entre os alunos (30,1%), porém, este percentual é menor se comparado ao de ocorrências nas salas sem a presença dos professores, ambos 45,9%. Somente as situações de depredação e vandalismo têm maior incidência nas salas de aula com professores (15,3%), do que sem os mesmos (1,2%), o que pode ter ocorrido porque, nesses casos, há a necessidade do flagrante.

Nos espaços intramuros das escolas sem supervisão, em comparação com os espaços com supervisão, há a maior incidência de casos de alunos fazendo uso de drogas (25,9%), situações de tráfico de drogas (17,7%) e casos de roubos e furtos. Vale ressaltar que 38,9% das escolas não possuem equipamentos de segurança como câmeras e alarmes e dentre aquelas que possuem, um percentual de 15,3% avaliam que esses equipamentos são ruins ou péssimos. Ou seja, 54,2% das escolas, o que dificulta os trabalhos intensivos de supervisão.

4.3.4. Medidas adotadas pelas escolas para redução dos casos de violência e incivildades

Os gestores responderam também questões sobre as medidas institucionais utilizadas nas escolas para reduzir os casos de violência e incivildades e quais são os órgãos são mobilizados pelas escolas nos casos de necessidade. A tabela 10 mostra os dados obtidos.

Tabela 11. Medidas institucionais adotadas nos casos de ocorrência – 1º Sem.2016

Medidas Adotadas	Ameaças e Intimidações	Agressões Físicas e Brigas	Depredação e Vandalismo	Roubos e Furtos	Uso de Drogas	Porte de Arma	Tráfico de Drogas
Orientação mediado por professor regente	66,50%	20,10%	9,10%	2,40%	1,80%	0,00%	0,00%
Encaminhamento para a Orientação Educacional	46,50%	40,30%	3,80%	1,90%	5,70%	1,30%	0,60%
Projeto pedagógico específico para essa ação	38,50%	26,30%	15,40%	0,60%	16,70%	1,90%	0,60%
Orientação por profissional que não está em regência	32,10%	47,50%	8,60%	3,70%	7,40%	0,00%	0,60%
Comunicação ou convocação dos pais ou responsáveis	26,20%	51,20%	10,40%	3,00%	6,10%	1,80%	1,20%
Comunicação ao Conselho Tutelar	24,80%	35,00%	5,10%	3,20%	19,70%	5,70%	6,40%
Encaminhamento à rede de proteção (CREAS, CRAS, COSE)	21,70%	24,30%	6,60%	8,60%	25,00%	4,60%	9,20%
Advertência, suspensão e transferência compulsória	20,60%	50,00%	10,00%	6,30%	1,30%	6,90%	5,00%
Comunicação à CRE e/ou demais instâncias da Sec.	16,80%	20,60%	17,40%	11,60%	6,50%	10,30%	16,80%
Encaminhamento à Delegacia de Proteção da Criança e Adolescentes	15,80%	27,00%	6,60%	12,50%	13,80%	11,80%	12,50%
Encaminhamento do caso ao Batalhão Escolar	14,90%	20,10%	4,50%	21,40%	7,80%	19,50%	11,70%
Encaminhamento à Delegacia da Criança e do Adolescente	12,90%	23,20%	4,50%	18,10%	12,30%	12,30%	16,80%

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

Na maior parte dos casos, quando ocorrem ameaças, intimidações, agressões físicas, brigas, depredação do patrimônio e vandalismo as escolas adotam medidas administrativas e encaminham o caso à Regional de Ensino. Nota-se, conforme os dados obtidos a partir da manifestação dos gestores, que há baixo envolvimento dos pais ou responsáveis dos alunos para resolução das situações, exceto nos casos de agressões físicas e brigas, pois 51,2% dos gestores informaram que convocam os pais ou responsáveis dos envolvidos para comunicar o

ocorrido.

Destaca-se que os dados indicam que há baixa articulação das instituições com o Conselho Tutelar, inclusive nas situações de maior gravidade. Por outro lado, é recorrente o acionamento do Batalhão Escolar e da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente nas situações de roubos e furtos, uso de drogas, porte de armas e tráfico de drogas.

4.4. Fatores associados à incidência de crimes, violência e incivildades

Na Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, a partir de informações diversas sobre as instituições, tais como a sensação de segurança dos gestores, aspectos de gestão, relação com a comunidade, disponibilidade de profissionais e materiais para realização de ações e avaliação dos serviços públicos nas proximidades, foram realizados testes de significância estatística para verificar a correlação destes aspectos com a violência nas escolas. Nessa análise foram realizados testes cruzados entre as informações da escola e da região, levando em consideração o teste D' d somer para verificar a significância da correlação entre as informações.

Dentre os aspectos relacionados ao ambiente escolar, apresentaram-se como relevantes, principalmente, o número de funcionários e professores e a participação da comunidade nos processos de gestão. Verificou-se, portanto, que nas instituições em que há uma defasagem no número de professores há uma maior tendência à incidência de tráfico de drogas (-0,266) e de situações de depredação e vandalismo (-0,283) as quais podem ser associadas também à baixa supervisão dos espaços extramuros da instituição. As escolas que apresentaram baixa participação da comunidade tiveram maior probabilidade de registrarem casos de tráfico de drogas (-0,35), consumo de álcool e drogas (-0,293), depredação e vandalismo (-0,36) e ameaças e intimidações (-0,294) e agressões físicas e brigas (-0,414). Essa correlação entre violência e seus aspectos preditivos são mostrados na tabela 9.

Tabela 12. Aspectos da gestão escolar preditivos da violência – 1º Sem.2016

Fatores	Tráfico de Drogas	Consumo de Álcool e Drogas	Roubos e Furtos	Depredação e Vandalismo	Ameaças e Intimidações	Agressões e Brigas
Número de Funcionários e Professores	-0,266	-	-	-0,283	-	-
Participação da comunidade nos processos de gestão	-0,35	-0,293	-	-0,36	-0,294	-0,414
Participação da comunidade escolar na escolha da gestão	-	-0,522	-0,646	-	-	-

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

A correlação, quando se leva em consideração os aspectos da infraestrutura urbana, indica que nas regiões onde há pavimentação das vias e locais de esporte, cultura e lazer, há menor razão chance da incidência de violência e incivildades na instituição escolar ou nas proximidades. Os dados indicaram que as regiões com locais de esporte, cultura e lazer apresentaram menor possibilidades de incidência de tráfico de drogas (-0,259) nas escolas; presença de alunos com armas (-0,316) e casos de roubo (-0,253) envolvendo a comunidade escolar. Já as regiões onde há uma forte presença de comércios nas proximidades da escola existe maior incidência de alunos consumindo álcool e drogas nas instituições (0,325), conforme mostrado na tabela 10.

Tabela 13. Aspectos da infraestrutura urbana preditivos da violência – 1º Sem.2016

Fatores	Tráfico de Drogas	Depredação e Vandalismo	Presença de Armas	Consumo de Álcool e Drogas	Ameaças e Intimidações	Agressões Físicas e Brigas	Roubos e Furtos
A pavimentação e manutenção das ruas e calçadas	-0,246	-0,211	-0,165	-	-	-0,253	-
Locais de esporte, cultura e lazer	-0,259	-0,38	-0,251	-	-0,316	-0,325	-0,253
Comércio	-	-	-	0,325	-	-	-

Fonte: Pesquisa de violência e percepção da segurança nas instituições de ensino DF, SSP/DF, 2016.

5. Informações dos gestores: Questão Discursiva

Nesta seção são analisadas as respostas descritivas dos gestores no que se refere às suas percepções da violência, segundo a etapa da educação e a modalidade de ensino; os

casos que são enquadrados como violência e incivildades; a localização da violência relatada (se nos espaços intramuros ou extramuros da escola), e o tipo de violência, ou seja, da escola, na escola ou contra a escola e, por fim, a descrição das causas.

A apresentação das respostas dos gestores por modalidade de ensino, público atendido e de acordo com a localização da escola foi realizada para tentar captar, sob diferentes perspectivas, o que é entendido como violência pelos atores. Cabe esclarecer que não foi apresentada aos gestores uma definição do que seria a violência escolar, deixando em aberto para que estes respondessem quais seriam as causas da incidência ou não de violência, segundo um entendimento próprio do fenômeno.

Assim, diante dos diversos tipos de violência descritos pelos sujeitos pesquisados, para realização das análises do *corpus* constituído pelos textos produzidos pelos sujeitos, em resposta às questões abertas do questionário, foi utilizado o procedimento da análise de conteúdo, conforme apresentado por Moraes (1999). Esses procedimentos foram: (i) organização das informações; (ii) unitarização; (iii) categorização; (iv) descrição das informações e (v) interpretação dos dados finais para descrição e inferências (MORAES, 1999).

5.1. Instituições que ofertam a educação infantil e/ou séries iniciais do ensino fundamental²³ no DF e a violência escolar

As respostas dos gestores das instituições que ofertam a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental indicam que 70% deles descrevem estas instituições como ambientes tranquilos e com baixa incidência de violência interna. Este padrão de respostas é mais frequente nas regiões de concentração nível socioeconômico mais elevado e maior nível de escolaridade, tal como a região de Brasília, Cruzeiro e Lago Sul.

Os principais casos citados pelos gestores se referiram principalmente a incivildades, tais como brigas e discussões entre alunos. Estas desavenças foram classificadas como práticas corriqueiras no ambiente escolar e conflitos comuns à idade, não sendo realizada uma distinção de sexo dos autores e vítimas envolvidos nesses conflitos. Foram relatadas, por apenas 10% dos gestores, situações de discussões e brigas envolvendo os pais ou

²³ As informações dos gestores das escolas da educação infantil e do ensino fundamental foram agregadas, tendo em vista a distribuição das escolas pesquisadas por etapa/modalidade de ensino.

responsáveis pelos alunos nas imediações das escolas ocasionadas por desavenças entre os filhos.

Como explicação para a baixa incidência de violência escolar no interior das instituições, os gestores destacaram principalmente: (i) a idade do público atendido na educação infantil (crianças de 4 a 5 anos de idade) e nas séries iniciais do ensino fundamental (crianças de 6 a 10); (ii) a presença regular dos pais e responsáveis na rotina diária das escolas e a (iii) facilidade em dialogar com os alunos por haver um maior respeito e proximidade com os docentes.

Entre os relatos de violência intramuros, os dados indicam que há uma maior incidência de violência e ou incivildades nas imediações das instituições localizadas nas regiões periféricas do DF. Nas respostas, os gestores relataram principalmente casos de consumo e tráfico de drogas e permanência de terceiros próximo aos portões durante os horários de entrada e saída das aulas, que dificulta o fluxo de pessoas e gera insegurança aos membros da comunidade escolar pelo receio do aliciamento dos alunos. Foram relatadas incidências de desentendimento de membros da comunidade escolar com terceiros nas tentativas de coibir a entrada destes no espaço escolar.

Segundo os gestores os casos de violência ocorrem e são agravados pela falta de materiais como câmeras, sistema de proteção como alarmes e pela falta de profissionais como porteiros ou coordenadores disciplinares, também chamados de Bedel²⁴, que realizem a vigilância da escola como um todo. A falta de policiamento é também apontada, recorrentemente, como uma situação que não inibi a ocorrência de violência na escola e no seu entorno.

5.2. Instituições que ofertam as séries finais do ensino fundamental e/ou ensino médio no DF e a violência escolar²⁵

O número de escolas do DF que ofertam as séries finais do ensino fundamental é em maior número que aquelas que ofertam o ensino médio e que as instituições que ofertam as duas etapas da educação básica. Nessas escolas as principais descrições apresentadas pelos

²⁴ O Bedel é o supervisor disciplinar, responsável pelo acompanhamento dos jovens que circulam pela escola durante os horários de aula. Este funcionário é responsável por uma mediação entre os jovens, a secretaria e os professores, cabendo a este relatar situações atípicas de conflitos ou ações que podem comprometer o bem estar dos alunos ou da comunidade escolar.

²⁵ As informações do ensino fundamental anos finais que atende um público de 11 a 14 anos e Escolas de ensino médio com alunos de 15 a 17 anos, foram agregadas.

gestores são de casos de violência na escola e os eventos estão relacionados principalmente às ações dos alunos.

Entre os fatores mencionadas pelos gestores para esses eventos estão: a falta de paciência para o diálogo com os outros alunos, os casos recorrentes de preconceito (apresentado sem especificações), o *bullying*, o *ciberbullyng* e as “picuinhas” por ciúmes de namoros e os xingamentos motivados por fatores externos ao espaço escolar.

Um percentual de 60% dos gestores descreveu como fatores causadores da violência que se manifesta nos espaços escolares a “desestruturação familiar” e os casos de violência doméstica. Segundo estes, os alunos reproduzem comportamentos agressivos vivenciados em casa, observados na vizinhança, na televisão e em jogos eletrônicos.

Em relação à violência extramuros, no entorno das escolas, foram citados o tráfico de drogas nas proximidades, a presença de pessoal estranho à comunidade escolar e a permanência de jovens que tentam adentrar nas escolas, consideradas como situações muito problemáticas, que representam riscos para a comunidade escolar e se configuram como violência contra a escola. A falta de materiais como câmeras, sistemas de proteção e de profissionais como porteiros e o baixo número de rondas na vizinhança das escolas são apontados como fatores que não previnem as situações de violência.

5.3. Instituições que ofertam a educação de jovens e adultos no DF e a violência escolar

Nas respostas dos gestores das instituições que ofertam a educação de jovens e adultos para alunos com idade acima de 17 anos e em situação de distorção idade/série, o horário de atendimento é indicado como gerador de insegurança. Por se tratar do turno noturno há uma maior circulação de pessoas não pertencentes à comunidade escolar nas proximidades da escola e uma baixa presença de policiamento nas imediações, o que torna os espaços propícios à incidência de crimes e desordens.

Uma das principais considerações feitas pelos gestores é de que a presença de pessoas em idades diversas e oriundas de partes distintas do DF faz com que haja um “descompasso” nas turmas. Estes afirmam que algumas turmas reúnem adultos trabalhadores em busca da escolarização e jovens que foram transferidos de outras instituições por indisciplina ou mau comportamento. A junção desses dois grupos gera atritos, ocasionados pelo descompasso de

interesses e compromete as condições de realização do trabalho pedagógico pelos professores.

5.4. Instituições localizadas na área rural do DF e a violência escolar

Os gestores das escolas localizadas nas áreas rurais destacaram que há baixa incidência de incivildades ou violências entre os membros da comunidade escolar no ambiente intramuros. A justificativa apresentada por alguns destes é de que a proximidade da escola com a população e a boa relação entre os membros da comunidade geram um ambiente que impede situações de conflito ou violência.

Entretanto, os gestores das escolas rurais também relataram o consumo de drogas dentro e nos arredores das instituições, a baixa presença de policiamento pela localização das instituições em regiões isoladas e a falta de estrutura e espaços de lazer para as comunidades como condições que tendem a gerar violência.

6. Análise sobre a percepção dos gestores das escolas públicas do DF sobre os fatores etiológicos da violência escolar

Nessa seção serão discutidas as percepções dos gestores sobre as causas de violência nas escolas e como essas instituições mobilizam seus aparatos físicos e simbólicos para enfrentamento da violência escolar.

Uma manifestação recorrente entre os gestores é a carência de profissionais capazes de lidar com as situações de violência na escola e a ausência de assistência da rede de proteção, que, na visão dos mesmos, daria apoio ao trabalho pedagógico das escolas. Essa situação faz com que as instituições continuem a “enxugar gelo”, em um termo utilizado pelos gestores para referir-se às experiências que vivenciam cotidianamente nas escolas, onde os problemas se repetem.

Uma das formas de se enfrentar diretamente o problema da violência é entender suas causas e particularidades, ou seja, os fatores motivadores ou inibidores do comportamento violento nas escolas, buscando compreender o problema em sua essência para uma atuação mais direcionada e eficiente.

A seguir serão abordados alguns fatores recorrentes nas respostas dos gestores como causas da violência: (i) a “desestrutura familiar”; (ii) a proximidade com o consumo ou tráfico de drogas; (iii) a falta de pessoal e de materiais na escola e (iv) a falta de policiamento no dia a dia das instituições.

6.1. A “desestrutura” familiar

Os gestores relacionam a incidência ou não da violência nas escolas à “desestrutura” familiar, ou seja, a eventos no ambiente doméstico e às formas como as famílias se relacionam com os filhos.

Para o grupo de gestores que relacionam a violência à “desestrutura” familiar, os comportamentos agressivos que ocorrem nas escolas seriam uma reprodução da violência física e verbal vivenciada em casa. Os jovens que cometem violência na escola reproduzem as práticas negativas vivenciadas no ambiente doméstico. Eles disseram:

A falta de diálogo e a convivência com pessoas agressivas em casa gera a violência nas escolas. (Escola Classe, Ensino Fundamental, Região de São Sebastião)

Natureza violenta da comunidade atendida e a grande quantidade de alunos vivendo em condições sub-humanas. Forte presença de brigas conjugais nas casas dos estudantes desencadeando desestabilização emocional da família inteira (Centro Educacional Estrutural, Ensino Fundamental e Médio, Região do Guará)

A falta de acompanhamento dos pais; Ausência de regras na família; Vícios por parte dos parentes; Desinteresse pelo ambiente escolar do filho são as causas da violência. (Escola Classe, Infantil e anos Iniciais, Região de Ceilândia)

Os gestores falam em “transposição da violência” do ambiente doméstico para o escolar. Eles consideram que, além da agressividade e dos casos de violência doméstica, a falta de apoio da família dificultaria os esforços de orientação dos alunos, pois, o tempo de permanência nas escolas é curto e os “maus exemplos” domésticos teriam um peso maior na formação dos indivíduos. Para um gestor, a causa da violência escolar é encontrada nos

Transtornos de origem familiar. A maioria dos alunos que apresenta traços de agressividade traz de casa um histórico negativo de violência doméstica, abandono e negligência. A falta de suporte externo perante as famílias limita a atuação da instituição educacional no tratamento dessas causas, uma vez que o espaço e o horário em que os alunos estão presentes na escola é reduzido. De pouco adianta uma política escolar de fomento ao diálogo, à

paz e à boa convivência se esses alunos em suas casas são submetidos a tratamento violento ou mesmo descaso por parte de suas famílias. (Centro de Ensino Fundamental, Ensino Fundamental e EJA, Gestor da Região do Recanto das Emas).

O conjunto de respostas demonstra que, para esses a relação entre pais/responsáveis e seus filhos é importante para se entender as ocorrências ou ausência da violência nas escolas. Assim, quanto maior é a relação de proximidade da família com a escola, menor são os casos de violência. Nesse sentido, a relação inversa também ocorre, ou seja, quanto menor a relação dos pais com a escola, maior o número de casos de violência.

Para este grupo de gestores, haveria um processo que pode ser descrito enquanto uma “falta de supervisão dos pais ou responsáveis no dia a dia dos filhos”. Nas respostas, frases tais como “falta de acompanhamento”, “falta da transmissão de valores” e a “ausência da noção de respeito com o outro” foram empregadas para descrever como os efeitos da ausência dos cuidados familiares, ou o “abandono intelectual” citado no fragmento apresentado a seguir sobre as causas da violência sintetiza os argumentos apresentados.

Desestrutura familiar; Abandono Intelectual; Falta de acompanhamento dos pais e/ou responsáveis; Maior participação da família na vida escolar dos alunos; Ausência de policiamento constante na área externa da escola. Ausência de profissionais específicos como o Orientador Educacional para desenvolvimento de outras ações, sendo que estamos sem este profissional há 02 anos. (CEF, Fundamental Anos Finais, Ceilândia).

Cabe destacar que para este grupo, a “falta de acompanhamento” ou “abandono intelectual” da família, aliada a fatores de risco que estão presentes nas vizinhanças onde os alunos residem somados aos maus exemplos por parte de amizades, pela mídia e por jogos violentos, podem ser agravantes para os comportamentos violentos. Três gestores disseram:

Ausência das famílias no acompanhamento da vida escolar dos filhos; Famílias desintegradas, sem interesse pelos filhos; Excesso de vídeos game que possibilitam morrer e viver de forma tão fácil, que as crianças assimilam a fantasia como verdade. (Escola Parque, Ensino Fundamental, Plano Piloto)

Falta de orientação das famílias. Uma grande parte dos alunos mora em área de risco e convivem com a violência no seu cotidiano. (Escola Classe, Escola Infantil e Fundamental Sobradinho)

Muitos alunos não são acompanhados pelos seus pais, muitos alunos de renda baixa e alguns alunos com defasagem idade série. (Escola Classe, Educação Infantil e Ensino Fundamental, Ceilândia)

Considerando a perspectiva da sociologia clássica estruturalista de Emile Durkheim (1858-1917) sobre os fatos sociais e a socialização, poderíamos incorrer em uma conclusão simplista de culpabilização imediata das famílias. De tal modo, poderíamos argumentar que os progenitores ou responsáveis, cumpriram de modo errôneo, ou se abstêm de cumprir o seu papel enquanto transmissores de costumes sociais necessários para a conformação e o bom convívio e em harmonia na vida social (DURKHEIM, 1975)²⁶.

Entretanto, seguindo as recomendações apresentadas por Porto (2010) e Misse (2010), por se tratar de uma análise das famílias e que envolvem processos de violência, faz-se necessário um cuidado especial para observação e conclusão sobre os fatos. Nesse sentido, partir do princípio de que a ação violenta seria apenas um reflexo de comportamentos familiares ou da sua ausência, seria desconsiderar a subjetividade dos adolescentes e dos jovens enquanto sujeitos que vivenciam experiências para além dos espaços de socialização da família e da escola, que podem pautar suas ações.

Para não incorrer na estigmatização das famílias, é necessário conhecer: quais são as famílias dos jovens que frequentam as escolas públicas e se envolvem em práticas de violência? Quais as dinâmicas desses arranjos familiares em seu dia a dia? Quais os espaços de sociabilidade dos jovens? Quais as práticas empreendidas nas escolas? Considera-se que só a partir de responder a essas indagações, dentre outras, que poderíamos fazer inferências sobre as relações entre as famílias e a violência escolar.

Segundo Dayrell (2008), o perfil majoritário dos alunos que frequentam as escolas públicas é jovens pobres, que vivem nas periferias ou em regiões marcadas por um contexto de desigualdade social, cujas famílias têm baixo grau de escolaridade e pouco entendimento sobre as dinâmicas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino²⁷.

Uma breve reflexão sobre o porquê de um suposto distanciamento entre a família e os jovens, três aspectos podem ser destacados: (i) há um abandono dos jovens pelas famílias, ocasionado pela rejeição; (ii) há um descompasso geracional e linguístico dos progenitores com

²⁶ Durkheim (1975) dá maior ênfase às formas como a estrutura condiciona os comportamentos dos indivíduos e ao destaque que o autor faz sobre as instituições familiares, escolares e religiosas como extremamente importante para transmissão de valores necessários para o bom convívio social e para o meio para qual a criança se destine.

²⁷ Essa apresentação toma como base o perfil descrito por Abramoway (2008) ao descrever a população que ingressou nas escolas públicas brasileiras a partir dos anos 60 como o processo de democratização do ensino, ou de massificação, em termo apresentado pela própria autora. Ainda segundo está: “Quando falamos em massificação, que muitos chamam de democratização, estamos nos referindo que a maior parte de nossas crianças entra para a escola. Mas quantos a deixam antes de terminar a 4ª série, quantos abandonam e quantos nunca aparecem nesse espaço?” (ABRAMOWAY, 2008, p. 2-5)

as novas dinâmicas de vida de seus filhos, ou seja, um distanciamento nas formas e expressões cotidianas e ou (iii) haveria o distanciamento necessário por consequência de uma dinâmica de trabalho para sustento familiar.

Ao considerar o trabalho como forma de sobrevivência do núcleo familiar, no caso das famílias de baixa renda²⁸, o distanciamento dos jovens pode não ser uma forma de abandono, mas uma situação ocasionada por uma rotina exaustiva. Cabe ainda destacar que não raro, as responsabilidades sobre os cuidados dos filhos recaem principalmente sobre as mulheres. Neste sentido, torna-se importante a reflexão sobre a real possibilidade de que as famílias, principalmente aquelas vinculadas a dinâmicas de trabalho exaustivo, acompanhem a rotina de seus filhos, tanto as escolares, como de lazer e em seus grupos de sociabilidade.

6.2. A presença de drogas ilícitas próximo ao ambiente escolar

Um número significativo de gestores apresenta como causas da violência nas escolas a presença de drogas dentro ou nas proximidades das instituições²⁹, gerando desordens ou conflitos e tornando o ambiente perigoso para os alunos e os demais membros da comunidade escolar.

Os relatos sobre o consumo de drogas entre os alunos são apresentados por gestores de regiões de diferentes perfis socioeconômicos. Já os relatos de tráfico são mais frequentes entre os gestores das instituições localizadas em regiões periféricas. Tanto o consumo, como a venda de drogas ocorre, conforme os relatos dos gestores, nas áreas externas das escolas.

A violência deste ano letivo está sendo gerada mais por intriga externa a escola, mas que o encontro dos alunos sendo aqui, termina aparecendo muitas brigas. Quanto ao tráfico, ao uso de drogas e ao roubo nas proximidades do colégio são gerados muitas vezes por estar ligada a uma quadra coberta nos fundos da escola, que está num estado de abandono sem programação de manutenção (CEF 34, Fundamental e Anos finais, Ceilândia).

²⁸ Poderíamos enveredar em uma discussão utilizando a categoria apresentada por Jesse de Souza em um enquadramento de subdivisões da sociedade brasileira em classes, recorrendo ao grupo menos afortunado da sociedade que o autor vai descrever como a “Ralé”. Ou seja, a categoria profundamente vinculada à dimensão do trabalho no Brasil, enquadrando-se principalmente aqueles que estariam abaixo da “nova classe trabalhadora”, e que lutam dia a dia para continuar a existir, sem não dizer subsistir.

²⁹ Dos 176 gestores que participaram da pesquisa, um percentual de 51% afirmou ter realizado flagrantes de consumo de álcool ou drogas na comunidade escolar no primeiro semestre de 2016. Ainda, 40,6% dos gestores afirmaram haver comércio de drogas nas proximidades das instituições. Na caracterização do perímetro da escola, 79% dos gestores afirmaram ter visto pessoas consumindo drogas ilegais na rua ao menos uma vez e 74% afirmaram ter presenciado pessoas vendendo drogas ilegais nas proximidades da escola.

A escola está situada em uma área de grande vulnerabilidade social, com alto índice de uso de drogas, já começando a estar presente dentro da Instituição de Ensino. A falta de policiamento preventivo no perímetro escolar facilita a ação de delinquentes. A escola tem sido vítima constante de roubos e vandalismos. (CEF, Infantil e anos finais, Santa Maria)

No interior da instituição em si não acontecem violências, furtos e casos que indiquem desajustes, porém no perímetro e arredores da instituição escolar acontecem sempre furtos e roubos de veículos dos servidores e pais de alunos, além de um número expressivo de jovens fazendo uso de entorpecentes em frente à escola. Por vezes tivemos que chamar a polícia para fazer rondas e dispersar os jovens. (CEF, Educação Infantil, Santa Maria).

A presença do tráfico é apontada como um fator de desordem dada a possibilidade de conflitos e desavenças que podem ocorrer a qualquer momento, envolvendo os alunos, por dívidas, por exemplo e entre os professores, que podem atuar para coibir o consumo e o tráfico dentro da instituição ou nas proximidades. Há ainda o risco de conflitos entre pessoas não vinculadas à comunidade escolar, mas ao tráfico, que pode de algum modo, afetar os alunos ou seus responsáveis.

Os relatos dos gestores sobre a relação das drogas com a violência escolar reforçam a necessidade de ações que coíbam a existência do tráfico de drogas nas proximidades das instituições, ocupação de espaços ermos na vizinhança das escolas e de integração entre as escolas e a vizinhança para maior vigilância do perímetro. Há ainda a necessidade de ações mais efetivas de fiscalização dos comércios existentes nas proximidades das instituições para dificultar a compra de bebidas alcoólicas por menores e a fiscalização dos serviços ofertados na vizinhança das instituições³⁰.

6.3. A falta de pessoal e materiais para prevenção da violência escolar

Gestores citaram a falta de equipamentos e de pessoal qualificado como um fator relacionado à violência nas escolas. Nas respostas, estes elementos não aparecem enquanto

³⁰ No Distrito Federal a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou no dia 12 de novembro de 2015 o Projeto de Lei nº 552/2015 que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em um raio de cem metros das unidades da rede pública e privada de ensino do Distrito Federal, compreendendo a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. Para consulta ver: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-11552!2015!visualizar.action> .

geradores da violência, mas sim como fatores que poderiam inibir ou auxiliar para que as instituições realizassem o acompanhamento diário ou a prevenção de novos casos.

Nos relatos dos gestores são apresentadas a falta de materiais tais como câmeras, alarmes e grades que ajudariam na vigilância da área interna como pátios, corredores e quadras e da área externa³¹.

Falta de funcionários para monitoramento dos recreios; falta de vigilante armado nos plantões noturnos; falta de segurança na portaria durante o período das aulas (Escola Classe, Infantil e Anos Iniciais, Gama).

De acordo com os gestores, a falta de pessoal capacitado para realização de algumas tarefas básicas de acompanhamento dos espaços internos, a falta de acompanhamento dos alunos que apresentam problemas familiares ou problemas escolares dificultam a realização de ações no ambiente escolar que poderiam inibir a violência. Um gestor disse:

[...] a falta de segurança na escola, como porteiro, e vigilância. E a falta de um orientador na escola agrava o problema da violência. Pois temos que atender as demandas sem pessoal suficiente e preparado (CEF, Fundamental e anos finais, Ceilândia).

Dentre os profissionais que auxiliariam o dia a dia das escolas e a prevenção da violência, foram citados: (i) o porteiro, que atuaria na regulação de quem entra e quem sai, coibindo a entrada de terceiros com intenções não explícitas; o (ii) chefe de pátio (Bedel), que atuaria como um profissional responsável por cuidar da dinâmica dos corredores, verificar os espaços durante os intervalos e fazer uma mediação entre o trabalho docente e da secretaria com os estudantes; (iii) o Orientador Educacional que seria responsável pelo acompanhamento dos alunos que apresentam comportamentos indisciplinados no ambiente escolar, responsável por fazer a mediação entre os a escola e a (iv) família dos alunos e encaminhar os casos de maior gravidade aos órgãos competentes para lidar com os casos.

De forma geral, as narrativas dos gestores indicam que a ausência de pessoal gera uma sobrecarga para a direção e os professores, prejudicando o trabalho pedagógico e comprometendo as condições do trabalho. Os profissionais da educação sentem-se, conforme já mencionado, “enxugando gelo” e “apagando incêndios”. Além disso, eles se sentem impotentes diante da violência, pois não conseguem monitorar as situações que podem vir a se

³¹ Na avaliação da infraestrutura material das escolas, realizada na seção quantitativa do relatório, os equipamentos de segurança estão entre os itens com maior avaliação negativa ou inexistente.

transformar em problemas maiores ou fazer um acompanhamento posterior dos autores e das vítimas³² de violência. Para um gestor:

O esfacelamento da família, adolescente sem apoio e orientação dos pais, envolvimento com drogas ilícitas e a prática constante de *bullying* são algumas causas principais da presença da violência nas escolas. O quadro deficitário de funcionários (coordenadores locais) e a Direção sobrecarregada contribuem imensamente para agravar ainda mais o quadro de violência. Quando tínhamos a vigilância por câmeras de segurança e o número de funcionários ideal, o quadro de violência, depredação e outros atos ilícitos reduziram consideravelmente (Centro Educacional, Ensino fundamental final e EJA, Brazlândia).

Em síntese, os gestores destacam que as instituições de ensino não se encontram preparadas para receber os novos alunos e não recebem apoio suficiente para efetivação dos trabalhos cotidianos de prevenção da violência. A ausência de pessoal para o trabalho de orientação e de tecnologias para acompanhamento dos espaços prejudicam a prevenção de ocorrências e o bom funcionamento dos trabalhos pedagógicos. Esta ausência faz com que jovens que apresentam comportamento agressivo ou violento não recebam o acompanhamento necessário para que as situações não evoluam para eventos mais graves.

6.4. A falta de apoio da Polícia Militar e dos órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente

Os gestores citam a ausência da Polícia Militar e os órgãos de proteção (CRAS³³, CREAS³⁴, Conselho Tutelar³⁵) nas instituições escolares como causas da violência. À ausência da Polícia Militar nas escolas são atribuídas as ocorrências de brigas, agressões, porte de armas ou de drogas. À ausência do acompanhamento dos órgãos de proteção das crianças e dos adolescentes, bem como das famílias, é atribuída a reincidência dos casos de violência.

³² A base para a proposição do acompanhamento de autores e vítimas envolvidos nas situações de violência parte da interpretação proposta clássicos das Ciências Sociais como a Hanna Arendt (1958) e autores nacionais da Sociologia da violência como Machado (2010), Porto (2010), Misse (2010) que defendem observação da violência como manifestação de algo maior que demanda a consideração das trajetórias de cada uma das partes para a compreensão do todo.

³³ Centros de Referência de Assistência Social.

³⁴ Centros de Referência Especializado de Assistência Social.

³⁵ A composição e o funcionamento do órgão da rede de proteção à Criança e Adolescentes estão consubstanciados no art. 227 da CF/88 e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras normas legais recepcionadas pela atual Constituição (REIS, 2015).

A falta do acompanhamento externo de modo efetivo faz com que os alunos que cometem algum tipo de infração ou violência dentro do ambiente escolar ou aqueles que sofrem algum tipo de violência não recebam uma orientação adequada no momento e, posteriormente, aos fatos. A falta de profissionais capacitados na escola e do apoio dos pais e familiares dos alunos gera uma sobrecarga de trabalho para a equipe escolar que extrapolam as atividades pedagógicas.

No que diz respeito à ausência da Polícia Militar no dia a dia das instituições escolares, citada frequentemente pelos gestores das escolas periféricas, principalmente aquelas localizadas em áreas com alto índice de vulnerabilidade social. Conforme os relatos, a Polícia desempenharia um papel importante nas proximidades das escolas ao coibir a presença do tráfico de drogas, os vandalismos, os crimes nas proximidades das instituições contra os alunos e os demais membros da comunidade escolar. Os gestores disseram:

A escola está situada em uma área de grande vulnerabilidade social, com alto índice de uso de drogas, já começando a estar presente dentro da Instituição de Ensino. A falta de policiamento preventivo no perímetro escolar facilita a ação de delinquentes. A escola tem sido vítima constante de roubos e vandalismos. (CEF 418, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Santa Maria).

No interior da Instituição em si não acontecem violências, furtos e casos que indiquem desajustes, porém no perímetro e arredores da IE acontecem sempre furtos e roubos de veículos dos servidores e pais de alunos, além de um número expressivo de jovens fazendo uso de entorpecentes em frente à escola. Por vezes tivemos que chamar a polícia pra fazer rondas e dispersar os jovens. (CEF 416, Infantil, Santa Maria).

A Polícia é vista pelos gestores, portanto, como uma saída para a manutenção da lei e da ordem. Pelos relatos é possível apreender que eles sentir-se-iam mais seguros para executar seu trabalho se tivessem o que chamam de “um suporte” para regulação das relações no ambiente escolar e no entorno e inibição da violência e incividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de reflexão proposto, partindo de informações coletadas de um relatório técnico de gestão, alinhadas a uma perspectiva das Ciências Sociais, possibilitou a análise da situação da violência nas escolas e conhecer, a partir da percepção de alguns gestores, as causas da violência que afeta diretamente os processos de ensino e a sociabilidade da juventude brasiliense nas instituições públicas.

O relatório “Violência e percepção de segurança nas instituições de ensino do Distrito Federal”, com informações sobre as escolas do DF é um material rico em informações da capital nacional. A reunião dessas informações sobre as escolas, por meio dos dados dos boletins de ocorrência e a partir das narrativas dos gestores das escolas públicas, colaborou para que as observações dos eventos e das instituições se deem a partir de informações consolidadas, podendo subsidiar melhor a discussão de possíveis intervenções sobre o fenômeno, e também, possibilitando a gestão e o controle de projetos governamentais voltados para a contenção do avanço da violência contra a juventude dentro e fora das escolas.

A análise dos relatos indicou que para os gestores das escolas os fatores capazes de prevenir a violência são maior participação dos pais, policiamento nas instituições e melhoria de infraestrutura. Tais indicações podem parecer, à primeira vista, uma transferência de responsabilidade, já que essas ações não implicam diretamente a comunidade escolar. Contudo, as manifestações dos gestores se configuram como um apelo de ajuda para o enfrentamento da violência escolar e a ênfase sobre a necessidade de que as instituições e os indivíduos assumam efetivamente seus papéis para que a escola possa dedicar-se ao processo de ensino e aprendizagem em um ambiente de paz.

A falta de regularidade dos trabalhos de acompanhamento e intervenção nas escolas também foi apontada como uma dificuldade na perspectiva dos gestores, uma vez que há um elevado número de trabalhos iniciados, mas sem continuidade, suscetíveis às vontades políticas e sensíveis às trocas de governos. Falta também, para os gestores, uma participação mais efetiva dos órgãos responsáveis pela assistência às escolas, às famílias e uma maior efetividade das ações governamentais iniciadas nas instituições.

As manifestações de violência que ocorrem dentro das escolas e no perímetro das instituições são um empecilho para as instituições desenvolverem seu trabalho educativo que,

em geral, sentem-se desamparadas e recebem alunos oriundos de contextos sociais e familiares diversos.

Além disso, na perspectiva dos gestores, por mais que a escola se apresente como um dos caminhos possíveis para a melhora da qualidade de vida, a instituição não está plenamente preparada para lidar sozinha com os símbolos culturais dos jovens, seus costumes e práticas cotidianas e para a realização das atividades pedagógicas.

É importante destacar que o estudo da instituição escolar, que reúne vários grupos (econômicos, raciais, etários, sociais e etc) e é capaz de promover um ambiente favorável de trocas e intercâmbios, pode apontar vários caminhos para assegurar uma educação pública de qualidade e equânime.

Reforça-se aqui que a pesquisa com os gestores e a discussão dos dados gerados com os agentes de segurança, deve ser repetida envolvendo os alunos, os professores e os demais funcionários das escolas. Além disso, é preciso considerar, como é defendido por Charlot (1994), que a violência escolar geradora de angústia social não é passível de ser compreendida de maneira total por seu caráter mutável, pulsante e que assume formas diferentes de acordo vários fatores, como localidade, envolvidos, causas dentre outros.

Destaca-se ainda que pesquisa sobre segurança nas escolas é uma forma de auxiliar as discussões sobre o bom funcionamento da instituição e os levantamentos periódicos como o desenvolvido pela Secretaria de Segurança do DF são práticas necessárias para o aperfeiçoamento da gestão, representando uma significativa contribuição para as discussões em uma perspectiva científica.

Por fim, um projeto sério em segurança pública necessita de maiores investimentos em educação e nas redes de proteção, que estão diretamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, pois segurança pública não é assunto apenas das instituições policiais.

7. REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., 2002. Escola e violência. Unesco Brasília e DF DF.
- Abramovay, M., 2005. Violência nas escolas: situação e perspectiva. Boletim 21, 3-12.
- Abramovay, M., Castro, M.G., da Silva, A.P., Cerqueira, L., 2016. Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens. Rio de Janeiro: FLACSO.
- Adorno, S., 1996. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. Revista Estudos Históricos 9, 283-300.
- Adorno, S., 2002. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: NEV/USP.
- Bourdieu, P., 1982. Reprodução cultural e reprodução social. A economia das trocas simbólicas 2, 295-336.
- Bourdieu, P., Miceli, S., 1974. A economia das trocas simbólicas. Perspectiva São Paulo.
- Brasil, 2014a. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas, in: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, M.d.E. (Ed.), p. 272.
- Brasil, M., 2014b. Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015: versão preliminar. Ministério da Educação e Cultura. junho.
- Charlot, B., 2002. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias 4.
- da Paz Ribeiro, J.G., 2005. Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. Geosul 20, 77-103.
- Dayrell, J., 2007. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e sociedade 28, 1105-1128.
- do Distrito Federal, D.O., 2016. Secretaria de Estado de Educação. Orientações.
- DURKHEIM, É., 1978. Educação e Sociologia. 1958-1917. São Paulo: Melhoramento [Rio de Janeiro] Fundação Nacional de Material Escolar.
- FEDERAL, D., 2016. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal-PDAD/DF-2015. Companhia de Planejamento do Distrito Federal-CODEPLAN. Brasília.

- Fernandes, V.R., Fuzinato, A.M., 2012. Drogas: Proibição, criminalização da pobreza e mídia, Anais do Congresso Internacional de Direitos e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede, pp. 1-11.
- Jannuzzi, P.d.M., 2011. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. Revista brasileira de monitoramento e avaliação, 36-65.
- Lima, R.S.d., Sinhoretto, J., Bueno, S., 2015. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Sociedade e Estado 30, 123-144.
- Misse, M., 2010. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova.
- Moraes, R., 1999. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre 22, 7-32.
- Moura, D.H., 2016. Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas.
- NETO, O.C., GOMES, R., MINAYO, M., 1994. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Vozes.
- NEXO JORNAL. A violência no Brasil explicada por Sergio Adorno | Entrevista Completa. 2017. (33:42s). Disponível em: <https://youtu.be/Gj2odAHhPA4>>. Publicado em 12 de jan de 2017 Acesso em: 20 de jan.2018.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA. Aula "As raízes históricas e sociais da violência no Brasil" - Prof. Sérgio Adorno. (1:09:00). Publicado em 28 de jan de 2015. Disponível em: <https://youtu.be/PkTdCtZReX8>. Acesso em: 20 de jan.2018.
- Porto, M.S.G., 2010. Sociologia da violência: do conceito às representações sociais. Francis.
- Priotto, E.P., Boneti, L.W., 2009. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Revista Diálogo Educacional 9, 161-179.
- Pública, F.B.d.S., 2016. Anuário brasileiro de segurança pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública São Paulo.
- Reis, P.H.d.S., 2015. Ministério Público do Trabalho e a proteção integral de crianças e adolescentes.
- Schenker, M., Minayo, M.C.d.S., 2005. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. Ciência & Saúde Coletiva 10, 707-717.
- Spósito, M.P., 2001. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e pesquisa 27, 87-103.

Waiselfisz, J.J., 2013. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil.

Waiselfisz, J.J., 2015. Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

"PESQUISA DE SEGURANÇA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO DF "

Programa Viva Brasília: Nosso Pacto Pela Vida / (1º Semestre de 2016)
Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social e Secretaria de Educação

INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Nome da instituição de ensino:
2. Código MEC:
3. Região de ensino:
4. Telefone de Contato:
5. E-mail para contato:
6. Nome do respondente:
7. Cargo do respondente:
8. Tamanho da comunidade escolar (Nº de alunos):
9. Tamanho da comunidade escolar (Nº professores):

VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR:

A seguir informe se os fatos listados abaixo ocorreram no último semestre na instituição. Caso tenham ocorrido e exista registro do número de vezes em que ocorreu, informe este quantitativo. (Considera-se membros da comunidade da instituição como: professores, gestores, corpo administrativo, pais de alunos e familiares, etc.) (Ocorreu ou Não Ocorreu)

Casos de Ameaças e Intimidações:

- a. Entre alunos (de forma individual) dentro da Instituição
- b. Entre grupos de alunos dentro da instituição

- c. Entre alunos e demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares etc.) na escola
- d. Entre demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares, etc.) na escola
- e. Entre alunos (de forma individual) no perímetro da Instituição
- f. Entre grupos de alunos no perímetro da instituição
- g. Entre demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares etc.) no perímetro da
- h. Entre alunos e demais membros da comunidade (professores, gestores, familiares etc.) no perímetro
- i. Entre membros da comunidade (alunos, professores, gestores, familiares, etc.) e outras pessoas de fora da comunidade

Casos de Agressões Físicas e Brigas:

- a. Entre alunos (de forma individual) dentro da Instituição
- b. Entre grupos de alunos dentro da instituição
- c. Entre alunos e demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares etc.) na escola
- d. Entre demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares, etc.) dentro
- e. Entre alunos (de forma individual) no perímetro da Instituição
- f. Entre grupos de alunos no perímetro da instituição
- g. Entre demais membros da comunidade da instituição (professores, gestores, familiares etc.) no perímetro
- h. Entre alunos e demais membros da comunidade (professores, gestores, familiares etc.) no perímetro
- i. Entre membros da comunidade da instituição (alunos, professores, gestores, familiares, etc.) e outras pessoas de fora da comunidade da instituição.

Crimes/Atos Infracionais:

- a. Roubo ou furto de bens de alunos dentro da instituição
- b. Roubo ou furto de bens dos demais membros da comunidade da instituição dentro da instituição
- c. Roubo ou furto de bens de alunos no perímetro da instituição
- d. Roubo ou furto de bens dos demais membros da comunidade da instituição no perímetro da instituição
- e. Roubo ou furto de bens, materiais e equipamentos da instituição
- f. Discriminação por questões de gênero, raça, sexualidade...
- g. Bens de alunos danificados dentro da instituição
- h. Bens dos demais membros da comunidade da instituição danificados dentro da instituição
- i. Bens de alunos danificados no perímetro da instituição
- j. Bens dos demais membros da comunidade da instituição danificados no perímetro da instituição
- k. Casos de alunos assassinados dentro ou no perímetro da instituição
- l. Casos de uso de armas de fogo por alunos dentro ou no perímetro da instituição
- m. Casos de uso de arma branca por alunos dentro ou no perímetro da instituição
- n. Casos de consumo de bebidas alcoólicas (ou sob o efeito delas) dentro ou no perímetro da instituição
- o. Casos de consumo de outras drogas (ou sob o efeito delas) dentro ou no perímetro da instituição
- p. Casos de tráfico de drogas dentro ou no perímetro da instituição
- q. Depredação dos bens da instituição
- r. Atos diversos de vandalismo praticados por alunos dentro ou no perímetro da instituição

Outros Eventos:

- a. Casos de Atropelamento de membros da comunidade da instituição no perímetro da instituição
- b. Estupro ou alguma outra forma de violência sexual dentro ou no perímetro da instituição
- c. Alunos com sinais de violência doméstica
- d. Alunos com sinais de exploração/abuso sexual
- e. Alunos vítimas de preconceitos ou discriminações (bullying, etc.)
- f. Casos de invasão da instituição por estranhos

TIPOS DE OCORRÊNCIAS POR ESPAÇOS DA INSTITUIÇÃO:

A seguir, marque as ocorrências de maior incidência nos respectivos locais dentro da instituição onde estas geralmente ocorrem:

Situações:

- a. Ameaças e Intimidações
- b. Agressões Físicas e Brigas
- c. Roubos e Furtos
- d. Uso de Arma (branca ou de fogo)
- e. Uso de Drogas
- g. Tráfico de Drogas
- h. Depredação e Vandalismo
- i. Não se aplica

Local:

- a) Sala de aula COM professor
- b) Sala de aula SEM professor
- c) Espaços externos à sala de aula (intramuros) COM supervisão de algum profissional da educação
- d) Espaços externos à sala de aula (intramuros) SEM supervisão de algum profissional da educação

CARACTERIZAÇÃO DO PERÍMETRO DA INSTITUIÇÃO:

Informações sobre o espaço urbano na vizinhança da instituição.

Avaliação dos Serviços Públicos:

Como o(a) Sr(a) avalia os seguintes serviços na vizinhança ou proximidades da instituição? Escala (Ótimo, Bom, Regular, Ruim, Péssimo, Não tem).

- a. Comércio local como mercado, padaria, açougue, farmácia
- b. A iluminação das ruas
- c. A pavimentação e manutenção das ruas e calçadas
- d. Os locais de esporte, cultura e lazer
- e. Os equipamentos coletivos como orelhões, lixeiras
- f. Transportes públicos como ônibus
- g. Policiamento a pé
- h. Policiamento em viatura ou moto
- i. Os serviços públicos de saúde
- j. A coleta de lixo e entulho nas ruas
- k. Organização do trânsito como placas, sinais, passarelas, etc.

Desordens:

Na vizinhança ou proximidades da instituição existem (Escala: Sim ou Não):

- a. Prédios, casas ou galpões abandonados?
- b. Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas e quadras?
- c. Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não?
- c. Barulhos de tiros?
- d. Cheiros desagradáveis?
- e. Ruídos, música alta e gritaria?

Incivilidades/Comércio Informal/Ocupações:

Na vizinhança ou proximidades da instituição existem:

- a. Vendedores ambulantes, camelôs na rua?

- b. Flanelinhas ou guardadores de carro?
- c. Pessoas vivendo ou dormindo na rua?
- d. Pessoas se prostituindo nas ruas?
- e. Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos?
- f. Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua?
- g. Pessoas fazendo xixi ou cocô na rua?
- h. Pessoas praticando atos obscenos na rua?
- i. Pessoas quebrando janelas, pichando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos?
- j. Pessoas sendo vítimas de violência sexual?
- k. Pessoas agredindo-se fisicamente?
- l. Pessoas sendo assaltadas?
- m. Pessoas sendo mortas por arma de fogo?
- n. Policiais ameaçando, agredindo ou recebendo dinheiro de pessoas?
- o. Pessoas consumindo drogas ilegais na rua?
- p. Pessoas vendendo drogas ilegais na rua?
- q. Ruídos de música alta e gritaria
- r. Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças 'legais' ou 'autorizados'?

Informações da Instituição de Ensino: (Escala de 0 a 10, onde 0 é Muito Inseguro e 10 Muito Seguro)

- a). De maneira geral, o(a) sr(a) diria que a sua escola é:
- b). De maneira geral, o(a) sr(a) diria que a comunidade onde a escola está inserida é:

Ocorrências Administrativas: (Escala: Não, Se sim, N° de Casos).

- a) Transferência de alunos de outras instituições para esta instituição por descumprimento de normas ou regras ou normas de segurança?
- b) Transferência de alunos desta instituição para outras instituições por descumprimento de normas ou regras ou normas de segurança?

- c) Casos de Suspensões de alunos por descumprimento de normas ou regras ou normas de segurança?
- d) Casos de Advertência ou expulsão de alunos por descumprimento de normas ou regras ou normas de segurança?

Aspectos de Gestão:

Como o(a) Sr(a) avalia os seguintes aspectos referentes ao funcionamento da instituição:

- a) Participação da comunidade escolar na escolha da gestão da instituição
- b) Participação da comunidade escolar nos processos de gestão da instituição
- c) Discussões nas reuniões coletivas sobre os problemas de convivência no ambiente da instituição
- d) Acompanhamento de alunos com problemas de ausência das aulas
- e) Articulação com a Polícia Militar
- f) Articulação com o Conselho Tutelar
- g) Articulação com o Corpo de Bombeiros
- h) Articulação com a Polícia Civil
- i) Articulação com o Conselho Comunitário de Segurança
- j) Articulação com a rede de proteção (CREAS, CRAS, CREAS)

Aspectos Gerais:

- a) Espaço de lazer na instituição
- b) Número de funcionários e professores
- c) Acompanhamento dos alunos que apresentam comportamento inadequado
- d) Serviço de vigilância da instituição
- e) Condições e conservação da estrutura física da instituição
- f) Equipamentos para inibir a violência da instituição (câmeras, alarmes,)
- g) Disponibilidade da instituição para realizar nas suas dependências projetos provenientes da comunidade
- h) Acesso da população às atividades executadas na instituição

Medidas adotadas:

Quais são as medidas mais comumente adotadas pela instituição de ensino diante dos seguintes fatos: Ameaças e Intimidações, Agressões Físicas e Brigas, Roubos e Furtos, Uso de Arma (branca ou de fogo), Uso de Drogas, Tráfico de Drogas, Depredação e Vandalismo

- a. Orientação por meio de diálogo mediado pelo professor regente
- b. Orientação por meio de diálogo mediado por profissional que não está em regência
- c. Sanções disciplinares: advertência, suspensão e transferência compulsória
- d. Comunicação ou convocação dos pais ou responsáveis
- e. Comunicação ao Conselho Tutelar
- f. Encaminhamento do caso ao Batalhão Escolar
- g. Encaminhamento à Delegacia da Criança e do Adolescente
- h. Encaminhamento à Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente
- i. Encaminhamento à rede de proteção social (CREAS, CRAS, COSE, ...)
- j. Projeto pedagógico específico para essa ação
- k. Encaminhamento do caso para a Orientação Educacional
- l. Comunicação à CRE e/ou demais instâncias da Secretaria de Educação

Causas da violência e projetos realizados pela instituição:

- a. Causas da Violência Escolar: Quais fatores você destaca como as principais causas da presença ou ausência da violência nesta instituição?
- b. Medidas Adotadas: A instituição desenvolve ações voltadas para a prevenção da violência? Caso afirmativo, descreva estas ações especificando: descrição da ação executada, público alvo, local e período de execução da ação e resultados alcançados.